



---

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**JÉSSICA CRISTINA DE SAMPAIO PESTANA**

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO:  
UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE UM CURSO TÉCNICO EM  
ADMINISTRAÇÃO**

---

Apucarana  
2019

JÉSSICA CRISTINA DE SAMPAIO PESTANA

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO:  
UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE UM CURSO TÉCNICO EM  
ADMINISTRAÇÃO**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof.<sup>o</sup> Me. Eduardo Lemes Monteiro.

Apucarana  
2019

JÉSSICA CRISTINA DE SAMPAIO PESTANA

**ENSINO MÉDIO INTEGRADO:  
UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE UM CURSO TÉCNICO EM  
ADMINISTRAÇÃO**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, com nota final igual a \_\_\_\_\_, conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.º Me. Eduardo Lemes Monteiro.  
Faculdade de Apucarana

---

Prof  
Faculdade de Apucarana

---

Prof  
Faculdade de Apucarana

Apucarana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

*Sou grata a Deus, que em nenhum momento me deixou fraquejar ou desistir desse trabalho, direcionou minha vida e fez coisas incríveis por mim. Por isso dedico este trabalho a ele.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois somente com sua vontade possibilitou a concretização deste trabalho.

Em segundo lugar, agradeço a minha mãe e meu pai que sempre se dedicaram para que me tornasse uma pessoa melhor, à minha família que sempre me apoiam para que nunca desistisse dos meus sonhos, que me incentivam nas horas difíceis para realizar todos os meus objetivos e expectativas.

Aos meus professores que acompanharam a minha jornada acadêmica de perto e deram muito apoio em sala de aula, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas. A minha professora Marlene Mariotto Gaspar pelo apoio e incentivo nos momentos difíceis.

Agradeço ao Christian Jesus da Silva, pela disponibilidade de me auxiliar nas atividades acadêmicas durante esses anos de curso.

Ao meu orientador professor Eduardo Lemes Monteiro.

As minhas amigas Daiane Macedo Martins Vitória e Elizete Cristina da Silva, obrigada pelos conselhos, palavras de apoio, “puxões de orelha” e risadas.

Agradeço a todos que não citei, mas que fizeram parte da minha vitória.

Agradeço a todos.

PESTANA, Jéssica Cristina de Sampaio. **Ensino Médio Integrado: Uma Análise Interdisciplinar de Um Curso Técnico em Administração**. 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Graduação em Pedagogia. Faculdade de Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2019.

## RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar o Ensino Médio Integrado e as intervenções pedagógicas realizadas pelos professores para promover a interdisciplinaridade entre as disciplinas do currículo básico com as específicas do curso técnico de administração. Para isso realizamos um levantamento bibliográfico acerca da Educação Profissional no Brasil desde seu início com as escolas de aprendizes e sua trajetória atual, que buscando a formação geral do educando. O conceito interdisciplinaridade proporcionava vincula as disciplinas buscando o conhecimento de ambas as matérias. Abordamos também sobre a legislação que ampara essa modalidade de ensino que passou por várias mudanças, assim destacando as leis atuais que a norteiam e o Catálogo Nacional de cursos técnicos, um documento que auxilia na elaboração dos cursos, trazendo novas possibilidades de aprendizado, dentro da formação profissional. Esta modalidade de ensino se dedica a capacitar alunos para uma melhor alocação do mercado de trabalho. Sendo assim, além da revisão bibliográfica já citada, foi realizada uma pesquisa de campo que um levantamento refletir os dados coletados através das categorias emergentes do questionário.

**Palavras-chaves:** Educação profissional. Administração. Técnico de Nível Médio.

PESTANA, Jéssica Cristina de Sampaio. **Integrated High School: An Interdisciplinary Analysis of a Technical Course in Administration.** 69 p. Course Work (Monograph). Graduation in Pedagogy. Faculdade de Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2019.

### **ABSTRACT**

The present research aimed to analyze the Integrated High School and the pedagogical interventions carried out by the teachers to promote interdisciplinarity between the disciplines of the basic curriculum and the specific ones of the technical course of administration. For this, we carried out a bibliographical survey about Professional Education in Brazil from its beginning with the apprenticeship schools and its current trajectory, which seeks the general education of the student. The interdisciplinary concept provides links the disciplines seeking knowledge of both subjects. We also address legislation that supports this modality of teaching that has undergone several changes, thus highlighting the current laws that guide it and the National Catalog of technical courses, a document that assists in the elaboration of the courses, bringing new possibilities of learning within the professional qualification. This type of education is dedicated to training students for a better allocation of the labor market. Thus, in addition to the bibliographic review already mentioned, a field survey was conducted that a survey reflect the data collected through the emergent categories of the questionnaire.

**Keywords:** Professional education. Administration. MiddleLevelTechnician.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	25
QUADRO 2- LEIS REGULAMENTADORAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	28
QUADRO 3- CURSOS OFERTADOS.....	35
QUADRO 4- ENSINO INTERDISCIPLINAR.....	51
QUADRO 5- PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	52
QUADRO 6- TECNOLOGIAS QUE PROMOVAM A INTERDISCIPLINARIDADE.....	53
QUADRO 7- MERCADO DE TRABALHO.....	54



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- CONTEÚDOS ABORDADOS.....	41
GRÁFICO 2- OBJETIVOS PROPOSTOS.....	42
GRÁFICO 3- ASSUNTOS ABORDADOS.....	43
GRÁFICO 4- DIFERENTES METODOLOGIAS.....	44
GRÁFICO 5- FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS.....	45
GRÁFICO 6- ACESSO A WEB.....	46
GRÁFICO 7- MEDIAÇÃO PROFESSOR.....	47
GRÁFICO 8- MEDIAÇÃO ALUNO.....	48

GRÁFICO 9- INTERAÇÃO TECNOLÓGICA.....59

GRÁFICO 10- DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES.....50

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1 - EXPLANAÇÃO DE SEÇÕES.....17

FIGURA 4 - DIMENSÕES.....40

**LISTA DE SIGLAS**

CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
FAP	Faculdade de Apucarana
LDB	Lei de Diretrizes e bases
MEC	Ministério da Educação
SENAI	Serviço nacional de aprendizagem industrial

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 PROBLEMA DE PESQUISA</b> .....	<b>15</b>
<b>3 OBJETIVOS</b> .....	<b>15</b>
<b>3.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>15</b>
<b>3.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>15</b>
<b>4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>16</b>
<b>4.1 Educação Profissional no Brasil</b> .....	<b>16</b>
<b>4.2 Lei de diretrizes e bases da educação profissional técnica do ensino médio.</b> <b>27</b>	
<b>4.3 Cursos Técnicos ofertados na cidade de Apucarana</b> .....	<b>34</b>
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	<b>38</b>
<b>5.1 Local de Pesquisa</b> .....	<b>39</b>
<b>5.2 Sujeitos da Pesquisa</b> .....	<b>39</b>
<b>5.3 Instrumento</b> .....	<b>39</b>
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>40</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>58</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>60</b>
<b>APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO</b> .....	<b>61</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>64</b>
<b>ANEXO A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda Educação Profissional e suas intervenções pedagógicas realizadas para promover a interdisciplinaridade entre as disciplinas do currículo básico com as específicas do curso técnico de administração. A escolha deste tema surgiu de uma curiosidade pessoal quanto à formação que os alunos estão recebendo no curso técnico integrado, e como estão sendo abordadas as disciplinas do currículo básico junto ao ensino técnico profissional oferecido ao acadêmico matriculado nessa modalidade de ensino.

O trabalho buscou investigar quais as possíveis metodologias empregadas pelos docentes para promover a interdisciplinaridade durante suas aulas, para isso foi elaborado um questionário semiestruturado que buscou nas respostas dos alunos como essas propostas estão relacionadas no ensino e aprendizagem. Os conceitos de interdisciplinaridade são temas abordados na Educação Básica, Ensino Médio e perpassa Ensino Superior, devendo ser ressaltada nos Cursos Técnicos.

A interdisciplinaridade busca uma relação entre as disciplinas do currículo básico e do currículo específico, dependendo assim uma da outra para a preparação do conhecimento científico, cada professor irá buscar uma forma de relacionar sua disciplina com o curso para alcançar um pensamento compreensivo.

A Educação profissional tem como seu objetivo principal a formação geral do educando, buscando assimilar um conjunto de elementos entre o trabalho, à cultura e o conhecimento científico, ajudando também no desenvolvimento de competências e valores como a cooperação entre si, assegurando-lhes ainda a qualidade da oferta, do ensino e da aprendizagem completa. Antes a educação profissional era vista somente como o “saber fazer”, hoje as atividades técnicas possuem grande relevância para o crescimento econômico do nosso país, essa modalidade é de grande importância para a qualificação e o aperfeiçoamento constante dos que buscam uma oportunidade no mercado de trabalho e para os empreendedores que procuram por pessoas qualificadas para áreas específicas.

O trabalho contempla um breve histórico sobre essa modalidade de ensino, o primeiro contato com a escola e o trabalho se deu através das práticas de ensino dos jesuítas que se adentravam no cotidiano dos povos indígenas. Assim os

colégios e as residências dos Jesuítas foram os primeiros passos de formação profissional. Em 1909 com o presidente Nilo Peçanha surgiram às primeiras escolas técnicas do Brasil e tinha como finalidade educar os pobres e desvalidos da sorte para o mercado de trabalho, assim foi vista como uma formadora de mão de obra, e com a mudança do mercado industrial abrangeu seus cursos para novas áreas.

Salientamos ainda um breve histórico sobre a legislação dessa modalidade de ensino, que passou por várias mudanças, tendo sua primeira leidecretada no ano de 1942 como decreto 4.073 que organizava o ensino industrial (Lei Orgânica do Ensino Industrial). No mesmo ano o decreto-lei 4.048 de 22 de janeiro criava o Serviço Aprendizagem dos Industriários mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI). Destinado a organizar e administrar escola de aprendizagem industrial em todo país. Depois de várias mudanças na organização desta modalidade chegamos a atual lei que defende a Educação profissional no Brasil com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), que tem por objetivo qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Junto a esta lei temos o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que é instrumento criado pelo MEC, cuja proposta é orientar as instituições sobre as ofertas de cursos, trata-se de um referencial para auxiliar no planejamento e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio, auxiliando também os alunos para a escolha de uma carreira.

A interdisciplinaridade busca uma relação entre as disciplinas do currículo básico e do currículo específico do curso técnico, dependendo assim uma da outra para a preparação do conhecimento científico do aluno, cada professor buscará uma forma de relacionar sua disciplina com o curso para alcançar um pensamento compreensivo para cada área de atuação.

A pesquisa foi realizada em um Colégio Estadual de uma cidade do Norte do Paraná, utilizamos um questionário semiestruturado, tendo como influência o artigo Avaliação de Objetos de Aprendizagem que buscou investigar entre os alunos do curso técnico integrado se os professores proporcionam a interdisciplinaridade entre as disciplinas correspondentes do curso.

## **2 PROBLEMA DE PESQUISA**

Quais são as intervenções pedagógicas realizadas para promover ainterdisciplinaridade entre as disciplinas do Currículo básico com as específicas do curso de Administração em Nível Médio Integrado?

## **3 OBJETIVOS**

### **3.1 Objetivo Geral**

Investigar as relações de interdisciplinaridade entre as disciplinas do currículo Básico e as disciplinas técnicas do curso em Administração em Nível Médio Integrado.

### **3.2 Objetivos Específicos**

- Realizar um estudo da história da Educação Profissional no Brasil, Legislação da Educação Profissional e especificamente a formação técnica em nível médio.
- Conhecer os cursos técnicos existentes em colégios públicos estaduais da cidade de Apucarana.
- Analisar as intervenções pedagógicas a partir do alunoque promovam a interdisciplinaridade.
- Refletir sobre dados coletados através das categorias emergentes do questionário.



## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo abordarei sobre os princípios da Educação Técnica Profissional no Brasil desde suas primeiras escolas que teve início no ano de 1909 e tinha como principal objetivo a formação de trabalhadores para a mão de obra qualificada. Até suas conquistas atuais com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica 9.394/96, que nos traz novos direcionamentos sobre essa modalidade de ensino, integrando o seu currículo básico com o currículo específico para uma formação aprimorada trazendo assim situação presentes no dia a dia dos alunos.

**FIGURA 1 - explicação de seções**



Fonte: Pestana, 2019.

### 4.1 Educação Profissional no Brasil

Com o descobrimento do Brasil pelos portugueses os povos indígenas não tiveram uma saída, a não ser se entregar ao interesse colonizador, assim a educação dos índios ficou há cargo dos padres e irmãos da Companhia de Jesus, os jesuítas, durante os anos de 1549 a 1759, ou seja, desde o ano da chegada dos primeiros jesuítas no Brasil até sua expulsão pelo Marquês de Pombal. Os

jesuítas desejavam converter os índios ao cristianismo e aos valores europeus, e os colonos estavam interessados em usá-los como escravos. (COSTA;MENEZES, 2009, p.32).

Os jesuítas então pensaram em afastar os índios dos interesses dos colonizadores e criaram as missões no interior do território. Nestas Missões, os índios, além de passarem pelo processo de catequização, também eram orientados ao trabalho agrícola, que garantiam aos jesuítas uma de suas fontes de renda.

As práticas postas pelos jesuítas se fundiam com o cotidiano e a convivência no interior das tribos. As técnicas efetivavam-se mediante as observações e participações nas atividades como a pesca, caça, plantio e colheita, construção e confecção de objetos, assim por meio da observação os mais novos repetiam e aprendiam. (MANFREDI,2002,p.66). Portanto os colégios e as residências dos Jesuítas foram os primeiros núcleos de formação profissional.

Durante a colonização portuguesa séc. XVI e XVII, a base da economia brasileira era a cana-de-açúcar, “aonde o trabalho escravo da população nativa de índios e dos negros vindo da África e alguns poucos trabalhadores livres, empregados em tarefas de direção requeriam maior qualificação técnica”. (MANFREDI,2002,p.67). Assim, “nos engenhos prevaleciam às práticas educativas informais<sup>1</sup> de qualificação e para o trabalho”. (MANFREDI,2002,p.67). Conforme a sociedade se transforma, os meios de trabalhos se alteram de acordo com o modo de organização da produção e de distribuição de riquezas e poder.

A Educação Profissional no Brasil com responsabilidade do Estado inicia-se nos anos de 1909, com o presidente Nilo Peçanha, que ao assumir o governo emitiu o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, criando 19 escolas técnicas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação, e tinha como objetivo preparar o cidadão para o mercado de trabalho e atender o desenvolvimento industrial (KUENZER, 2005,p.27). Sendo assim essas escolas de artes e ofícios foram às raízes para a educação profissional de hoje.

---

<sup>1</sup> Desenvolvida fora dos estabelecimentos de ensino ou que ocorre sem planejamento. Geralmente, é um tipo de educação que transcorre em espaços de atividades culturais, com a família, amigos ou grupos de interesse comum. Uma característica marcante dessa educação é a aparente naturalidade do processo, ocultando valores, signos e até preconceitos. No entanto, os meios educativos informais exercem grande influência na formação dos indivíduos.

A legislação que regulamentou essa rede de escolas o decreto 7.566, de 23/09/1909, propõe a admissão dos alunos, que estava expressa no artigo 6º, que obedecia aos seguintes critérios: ter idade de dez anos mínima e de 13 no máximo e a preferência na matrícula deveria recair sobre os “desfavorecidos de fortuna”. (SANTOS, 2007, p.212).

No ano de 1932, segundo Kuenzer (2005):

Ao curso primário havia as alternativas do curso rural e curso profissional com quatro anos de duração, às quais poderiam suceder alternativas de formação exclusiva para o mundo do trabalho no nível ginásial: normal, técnico comercial e técnico agrícola. Essa modalidade voltava-se para as demandas de um processo produtivo em que as atividades nos setores secundários e terciários eram incipientes, e não davam acesso ao nível superior. (KUENZER,2005,p.27).

Para Kuenzer (2005, p.27), “a finalidade moral, era educar para o trabalho os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua para uma formação de caráter”. Segundo Manfredi (2002):

A finalidade educacional das escolas de aprendizes era a formação de operários e de contramestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos mais convenientes e necessários ao Estado da federação em que a escola funcionasse, consultando, quando possível, as especialidades das indústrias locais (MANFREDI,2002,p.83).

Conforme Chieco e Manzano (2003), no Brasil as classes elevadas sempre preferiram encaminhar seus filhos para os estudos do tipo acadêmico, o ensino de habilidades manuais ficava reservado para as classes baixas os desfavorecidos da sociedade. O ensino profissionalizante no Brasil é visto como uma forma de dualismo escolar, ou seja, uma relação de desigualdade onde quem tem mais condição financeira passa por uma universidade construindo uma carreira com uma renda melhor, enquanto os de classe menos favorecidas são encaminhados para o ensino técnico e estudam para ganhar um salário básico.

Com as diferentes profissões e o desenvolvimento dos ramos secundário e terciário nos anos de 1940 as escolas profissionais se multiplicaram trazendo novos cursos para a formação de pessoas. (KUENZER, 2005).

De acordo com Kuenzer:

A formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil constitui-se a partir da categoria dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho trazida no taylorismo-fordismo<sup>2</sup> como ruptura entre as atividades de planejamento e supervisão por um lado, e de execução de outro. (KUENZER, 2005, p.27).

A relação entre educação e trabalho contribui para a exclusão da população trabalhadora da educação escolar. Tuppy (2007) apud Fonseca (1961) salienta que “a oferta de educação, para nós, sempre esteve marcada pela divisão entre escola de ricos- preparatória para níveis mais elevados, e escola de pobre com a função de qualificar os deserdados da sorte”.

Como dito anteriormente para a elite era dado outros caminhos para se chegar a uma profissão, passavam pelo ensino primário seguido pelo secundário preparatório logo após o nível superior que dava acesso aos ramos profissionais. “O acesso ao curso superior se dava por meio de exames, mas apenas para os que concluíssem pelo menos a 5ª série do curso ginásial”. (KUENZER, 2005, p 27).

Com a reforma Capanema no ano de 1942, faz-se um ajuste sobre as propostas pedagógicas então existentes para a formação intelectual de trabalhadores e as mudanças que estavam ocorrendo no mundo do trabalho. (KUENZER, 2005, p.28). Para acompanhar o sistema fabril que estava em desenvolvimento os cidadãos “desfavorecidos” deveriam ter uma melhor preparação para a mão de obra. Para assim ingressarem no mercado de trabalho.

O ensino industrial passou a assumir um papel importante na formação de mão de obra sendo dividido em dois ramos, um que compreendia a Aprendizagem

---

<sup>2</sup> Taylorismo e fordismo são formas de organização da produção industrial que revolucionaram o trabalho fabril durante o século XX, esse dois sistemas visavam à produção extrema da produção. Tanto o taylorismo quanto o fordismo tinha como objetivo a produção em um menor espaço de tempo.

Industrial (SENAI) e que ficava sob o controle patronal, e o outro que estava ligada diretamente a responsabilidade ao Ministério da Educação e Saúde, que era constituído ao ensino profissional básico.(SANTOS, 2007, p.2016).

O SENAI foi criado pelo Governo Vargas em 1942, em convênio com o setor industrial representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), nasceu da necessidade de ter operários qualificados para o trabalho de modo mais rápido a partir da expansão da indústria brasileira. (SANTOS, 2007, p.2016). “Oferecia cursos de curta duração para os aprendizes menores para inseri-los no mercado de trabalho”. (SANTOS, 2007. p. 217). O Decreto 4.048/42 estabelecia que a manutenção do SENAI fosse feita pelos estabelecimentos industriais:

Seriam obrigados ao pagamento de uma contribuição mensal destinada às escolas de aprendizagem, sendo que a arrecadação dessa contribuição deveria ser feita pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriais (IAPI) e repassada ao SENAI (SANTOS, 2007, p.217).

O Ensino Médio Profissional no Brasil favorece dois caminhos diferentes a partir da produção econômica do mundial:

Um para os que serão preparados pela escola para exercer as funções de dirigentes; outros para os que com poucos anos de escolaridades serão preparados para o mundo do trabalho em cursos profissionais na rede pública ou privada. (KUENZER, 2005, p.29).

Essa realidade sofre uma alteração no ano de 1961 com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1961), a partir de mudanças ocorridas no mundo do trabalho. (KUENZER, 2005). Pela primeira vez a legislação educacional reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino estabelecendo a completa equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos, para os prosseguimentos nos estudos. “Da mesma forma que os cursos do SENAI e SENAC podem ser organizados cumprindo as exigências das leis”. (KUENZER, 2005.p.29).

Na década de 1980 até os meados dos anos 1990 houve muitos debates de que rumos seriam dados à educação profissional no Brasil. (SANTOS, 2007, p. 220).

Esses debates deram por meios de diversos grupos com pensamentos educacionais diferentes. Segundo Santos:

[...] As concepções de políticas educacionais que viessem a nortear a nova estrutura do então ensino do segundo grau e da educação profissional, cujo conteúdo a ser discutido estava expresso no projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que deu entrada no Congresso nacional, no final de 1988. (SANTOS, 2007, p. 221).

A Lei de Diretrizes e Bases aprovada sob o nº9.394 em 20 de dezembro de 1996 apresenta em seu conteúdo um modelo de ensino médio que passa a constituir a etapa final da educação básica com duração mínima de três anos, tendo como finalidade o aprofundamento dos conteúdos do ensino fundamental, possibilitando àqueles que concluírem o curso ingressarem no ensino superior. (SANTOS, 2007.p.221).

A diretriz destaca dentre diversos objetivos específicos do ensino médio que a formação geral do educando poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas, possibilitando o aluno a fazer o ensino médio e optando por um curso técnico profissional. (SANTOS, 2007, p.221). A estrutura da Educação Profissional passa a ser constituída pelos seguintes níveis, de acordo com Santos:

O nível básico que se destina à qualificação, requalificação e profissionalização de trabalhadores, independente da escolaridade prévia; técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional e alunos egressos do ensino médio; e tecnológico, que corresponde ao curso de nível superior na área tecnológica, destinado aos alunos oriundos do ensino médio e técnico. (SANTOS, 2007, p. 222).

Conforme Santos (2007), na LDB 9.394/96, no decreto 2.208/97 descreve que o ensino técnico passa a somente complementar o ensino médio, tendo em vista que o certificado do curso será possível mediante a conclusão da etapa final da educação básica. O ensino médio deve atender a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas, tendo como objetivo o aprofundamento dos conhecimentos básicos que se iniciaram no ensino fundamental.

Ao fortalecer a concepção de integração no Ensino Médio, o que se espera é garantir que as novas gerações sejam formadas com a necessária capacidade de compreender o mundo e as contradições. (ARAÚJO; SILVA, 2017, p. 10)

Segundo Ciavatta (2010), o termo formação integrada no sentido de completude tem o poder de gerar novos fatos ou de gerar novos discursos, tornar a educação uma totalidade social, o autor destaca que:

No caso da educação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico e superior. (CIAVATTA, 2010, p.84).

A formação integrada busca orientar adolescentes, jovens e adultos para que se tornem pessoas com saberes sobre o mundo e sua integração na sociedade, buscando o desenvolvimento do educando além da formação intelectual, a formação para o mercado de trabalho.

A formação integrada, formação politécnica e educação tecnológica, buscam responder às necessidades do mundo do trabalho permeado pela presença da ciência e da tecnologia como forças produtivas geradoras de valores, fontes de riquezas. (CIAVATTA, 2010, p.85).

Haja vista que o aluno deve ter uma formação geral, não somente o acesso ao conhecimento científico, mas reflexão crítica sobre o mundo a sua volta, a Educação Profissional poderá atender a múltiplos objetivos através de várias modalidades, das mais curtas às mais simples. Essa formação terá duração variável para atender as demandas do mercado e sempre que possível deverá ser integrada ao Nível Médio. (KUENZER, 2005, p.63). A diversificação dessa modalidade não significa reconhecer que existem diferenças individuais, significa afirmar que a diversidade de diferentes cursos deverá instrumentalizar o aluno para exercer atividades produtivas. (KUENZER, 2005, p. 47).

Portanto, o ensino técnico passa a ter caráter apenas de complementar o ensino médio, a educação profissional passou por uma série de mudanças que

sempre buscam se adequar ao desenvolvimento industrial brasileiro. (SANTOS, 2007, p.222).

Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que norteia o ensino médio integrado junto ao decreto 2.208 e a lei 11.741, temos também o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), o documento foi instituído pela portaria MEC nº 870 de 16 de julho de 2008 (BRASIL,2008), ajudando assim na elaboração dos cursos ofertados. Esse documento é atualizado periodicamente seguindo as demandas educativas, o documento está na sua 3º edição apresentando 227 cursos, os quais são agrupados em 13 eixos tecnológicos.

O curso técnico em administração está situado no eixo de gestão e negócios que compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão, sua organização curricular contempla:

Leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; línguas estrangeiras; ciência e tecnologia; tecnologias sociais e empreendedorismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.(BRASIL,2014, p 79).

De acordo com as Diretrizes Comuns Curriculares Nacionais da Educação Básica em todas as modalidades do curso, as instituições educacionais devem adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanentes de cursos. Tendo que possibilitar a construção do pensamento com o aproveitamento dos estudos (BRASIL, 2013, p.242).

De acordo com o dicionário Luft(1998, p.210),o termo interdisciplinaridade oqualifica oque é comum a duas ou mais disciplinas ou outros ramos do conhecimento. É o processo de ligação entre duas disciplinas. A relação entre os conteúdos disciplinares é a base para o ensino onde uma matéria auxilia a outra.

Segundo Fazenda (2015) a interdisciplinaridade se desenvolve a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas.

A interdisciplinaridade serve como um principal complemento no conhecimento escolar transmitindo como uma nova dinâmica na



metodologia aplicada. Esse conceito fica mais claro quando se considera realmente de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos que pode ser de questionamento, de confirmação e de aplicação (BONATTO; ET AL,2012;p.7).

Podemos definir nesse momento o conceito de interdisciplinaridade entre o currículo básico e o currículo ofertado para o acadêmico do curso técnico, sendo que esse dois eixos devem estar interligados trazendo conteúdos que contemplem a vivência desses alunos, tendo em vista a importância de que ambas as grades desses currículos devem dar uma estrutura qualificada para a formação integral dos educandos. A interdisciplinar garante maior interação entre os alunos, e com os professores, sem falar na experiência e no convívio coletivo. Deste modo podemos repensar sobre o quão importante essa metodologia como uma forma de promover a união escolar em torno do objetivo comum de formação de indivíduos sociais.

O Art.36-B da LDB define algumas formas de desenvolvimento da Educação Técnica de Nível Médio que consiste em formação integrada, concomitante e a subsequente. Segue abaixo um quadro retirado das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (2013), especificando cada uma delas:

**Quadro 1- Educação Profissional Técnica de Nível Médio**

<b>Forma</b>	<b>Oferta</b>	<b>Horas</b>
<b>Articulada Integrada</b>	<b>Integrada</b> com o Ensino Médio regularmente oferecido, na idade própria, no mesmo estabelecimento de ensino.	Mínimo de 3.000, 3.100 ou 3.200 horas, para a escola e para o estudante, conforme a habilitação profissional ofertada.
	<b>Integrada</b> com o Ensino Médio na modalidade da educação de Jovens e Adultos (EJA), no mesmo estabelecimento de ensino.	Mínimo de 800, ou 1.000, ou 1.200 horas, conforme a habilitação profissional ofertada, acrescida de mais 1.200 horas destinadas à parte da formação geral, totalizando mínimos de 2000, ou 2.200 ou 2.400 horas para a escola e para o estudante.
	<b>Integrada</b> com o Ensino Médio no âmbito do PROEJA (decreto nº 5.840 /2006)	Mínimos de 800, ou 1.000 ou 1.200 horas, conforme habilitação profissional ofertada, acrescidas de 1.200 horas para a formação geral, devendo sempre totalizar 2.400 horas para a escola e para o estudante.
<b>Articulada Concomitante</b>	<b>Concomitante</b> com o Ensino Médio regular, na idade própria, em instituição de ensino distinta, mas com projeto pedagógico unificado, mediante convênio ou acordo de Intercomplementaridade.	Mínimos de 3.000, ou 3.100 ou 3.200 horas, para as escolas e para os estudantes, conforme habilitação profissional ofertada, similar à oferta na forma articulada integrada.

	<b>Concomitante</b> com o ensino médio regular, na mesma instituição de ensino ou em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis.	Mínimos de 800, ou 1.000 ou 1.200 horas, conforme habilitação profissional ofertada, na instituição de Educação Profissional e Tecnológica, acrescidas de mais 2.400 horas na unidade escolar de Ensino médio, totalizando no mínimo de 3.200, ou 3.400 ou 3.600 horas para o estudante.
	<b>Concomitante</b> com o Ensino Médio na modalidade de EJA, na mesma instituição de ensino ou em instituições distintas aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis.	Mínimos de 800, ou 1.000 1.200 horas, conforme habilitação profissional ofertada, na instituição de Educação Profissional e Tecnológica, acrescidas de mais 1.200 horas na unidade escolar de Ensino Médio na modalidade de EJA, totalizando 2.000, 2.200 ou 2.400 horas para o estudante.
<b>Subsequente</b>	Educação Profissional Técnica de Nível Média ofertada após a conclusão do Ensino Médio regular ou na modalidade de EJA.	Mínimos de 800, ou 1.000 ou 1.200 horas para o estudante, conforme habilitação profissional ofertada na instituição de Educação Profissional e tecnológica.

O curso pode incluir atividades não presenciais, até 20 % (vinte por cento) da carga horária diária ou de cada tempo de organização curricular, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o necessário atendimento por parte de docentes e tutores.

As cargas horárias destinadas a estágio profissional supervisionado, obrigatório ou não, em função da natureza dos cursos, ou a trabalho de conclusão de curso ou similar, ou, ainda, a avaliações finais, devem, como regra geral, ser adicionadas à carga horária total dos respectivos cursos.

De acordo com o DCN (2013), as modalidades que estão na Educação Profissional e Tecnológica devem adotar no seu currículo educacional:

A flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente de seus cursos, currículos e programas, bem como garantir a identidade, a utilidade e a clareza na identificação dos perfis profissionais de conclusão dos seus cursos, programas e correspondentes organizações curriculares. (BRASIL, 2013, p. 242).

A organização curricular deve valorizar o Projeto-Político-Pedagógico de cada instituição, deve considerar a convivência do aluno- trabalhador, que faz de suas experiências diárias novas formas de aprendizagem, uma formação plena, que lhe trará uma leitura diferenciada do mundo.

Assim a escola deve permanecer atenta às novas demandas de cursos, sabendo que a Educação Profissional e Tecnológica pode trazer novas possibilidades de trabalho, transformando o educando com saber amplos e atualizados. No próximo capítulo iremos abordar sobre as leis que norteiam essa modalidade de ensino.

#### **4.2 Lei de diretrizes e bases da educação profissional técnica do ensino médio.**

As leis que norteiam a Educação Profissional Técnica no Brasil passaram por várias mudanças durante alguns períodos, essas mudanças organizaram essa modalidade de ensino ajudando na elaboração de novos cursos, currículos adaptados e espaços apropriados para essa modalidade. Neste capítulo iremos abordar algumas das mudanças ocorridas. A seguir relacionamos uma tabela para melhor exemplificar as leis dessa modalidade.

**Quadro 2 – Leis Regulamentadoras da Educação Profissional**

<b>Decreto nº 4.073:</b> 30 de janeiro de 1942.	Lei Orgânica do Ensino Industrial. Estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial, de segundo grau, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca (BRASIL, 1942).
<b>Decreto-lei nº 4.048:</b> 22 de janeiro de 1942.	Lei que criou o SENAI (Serviço nacional de aprendizagem industrial). Destinado a organizar e administrar escola de aprendizagem industrial em todo país.
<b>Decreto-lei nº 6.141:</b> 28 de dezembro de 1943.	Lei Orgânica do Ensino Comercial. Estabelece as bases de organização e de regime do ensino comercial, que é o ramo de ensino de segundo grau. Para formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem como de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados. (BRASIL, 1943)
<b>Decreto-lei nº 9.613:</b> 20 de agosto de 1946.	Lei Orgânica do Ensino Agrícola.
<b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4.024:</b> 20 de dezembro de 196.	Pela primeira vez a Educação Profissional foi articulada com o ensino secundário, permitindo ao aluno acesso ao nível superior, tendo concluído os dois ramos.
<b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96:</b> 20 de dezembro de 1996.	No inciso XXIV do art. 22 da Constituição Federal. Essa lei consagra a Educação Profissional e tecnológica entre os níveis e as modalidades de educação e ensino. (BRASIL, 2013.p 203)
<b>Decreto nº 2.208:</b> 17 de abril de 1997.	Este decreto iniciou o capítulo da Educação Profissional na LDB. A educação profissional seria desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que

	contemplemestratégias de educação continuada. Esse decreto logo foi substituído.
<b>Decreto nº 5.154:</b> 23 de julho de 2004.	Este decreto originou a possibilidade de integrar o ensino médio ao ensino profissional técnico. Trazendo outras formas de organização da oferta dessa modalidade de ensino.
<b>Lei 11.741:</b> 16 de julho de 2008.	Esta lei aborda novas orientações para as instituições educacionais e sistemas de ensino, definindo normas gerais para os cursos e programas de formação e qualificação profissional.

Fonte: Pestana, 2019.

As Leis Orgânicas que estruturaram o ensino profissional técnico no Brasil começaram a ser promulgadas em 1942, foi decretado de forma gradativa, em 30 de janeiro de 1942 o decreto 4.073, organizava o ensino industrial (Lei Orgânica do Ensino Industrial) (ROMANELLI, 2010, p, 158).As mudanças introduzidas pela lei do Ensino Industrial tinham por objetivo: o atendimento às transformações tecnológicas do setor industrial e a equivalência do ensino profissional com o acadêmico.

Em 28 de janeiro de 1943 foi decretada a Lei Orgânica do ensino Comercial pelo Decreto 6.141, tinha como objetivo: formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados. (BRASIL, 1943).

Em 20 de agosto de 1946, foi aprovado o Decreto 9.613, chamado Lei Orgânica do Ensino Agrícola (ROMANELLI, 2010, p.158).O objetivo dessa educação era formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas. Oferecer diplomadas e uma qualificação profissional que lhes aumentassem a eficiência e produtividade, aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas(BRASIL, 1946).

Esses cursos tinham o mesmo nível de duração do ginásial, mas não habilitavam os estudantes para o ingresso no ensino superior.

Esses decretos organizavam o ensino profissional nas três áreas da economia, de forma que tivessem dois ciclos, um fundamental de geralmente 4 anos e outro técnico de 3 a 4 anos (ROMANELLI, 2010, p.158). No artigo 67 rezava o seguinte:

Art. 67- O ensino industrial das escolas de aprendizagem deve ser organizado e funcionara, em todo o país, com observância das seguintes prescrições:

I- O ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigações dos empregados para com os aprendizes, seus empregados.

II- Os empregados deverão, permanentemente, manter aprendizes, a seu serviço em atividades cujo exercício exigia formação profissional (ROMANELLI, 2010, p. 158).

“Apesar de alguns aspectos positivos na organização desse ensino técnico profissional, algumas falhas se faziam nortear na legislação” (ROMANELLI, 2010,p.159). Para Romanelli (2010), a primeira e talvez a mais importante delas refere-se à falta de flexibilidade entre vários ramos do ensino profissional. Essa falta de flexibilidade traçava destino do aluno no ingresso da 1º série do ensino básico. Santos (2007) ressalta que essa falta de flexibilidade nos ramos do ensino profissional e do ensino secundário deixavam os alunos restritos ao ensino superior (SANTOS, 2007, p. 2018).

O decreto-lei 4.048 de 22 de janeiro de 1942 criava o Serviço Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Destinado a organizar e administrar escola de aprendizagem industrial em todo país(SANTOS, 2007, p. 217).Ofereciam-se cursos de curta duração com o objetivo de promover e integrar jovens as indústrias com uma formação continuada para trabalhadores.

O Decreto nº 4.436 amplia a ação do SENAI e sua rede de escola profissional para atingir também o setor de transporte, das comunicações e das pescas (ROMANELLI, 2010). O Decreto nº 4.436:

Determinava ainda que essas escolas passassem a ministrar, além dos cursos de aprendizagem, o ensino de continuação,

aperfeiçoamento e especialização o que significa uma ampliação de duas ordens: em primeiro lugar, quanto aos setores de produção, a qualificação de pessoas em varias áreas de trabalho, tendo como consequência uma diversificação maior de seus cursos; em segundo lugar, a ampliação quanto aos níveis de cursos, com a inclusão do aperfeiçoamento e especialização e, portanto, com a possibilidade da reciclagem profissional e da formação de professores. (ROMANELLI, 2010, p.171).

A industrialização crescente nos anos de 1950 e 1960 levou à adoção das políticas de educação para o desenvolvimento, com claro incentivo ao ensino técnico-profissional. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSHI, 2007, p.143 e 144).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 4.024 aprovada em 20 de dezembro de 1961 manifesta pela primeira vez a articulação entre o ensino secundário e profissional, permitindo assim que qualquer aluno que estivesse concluído os dois ramos poderiam ter acesso ao nível superior para concluir qualquer das duas modalidades (SANTOS, 200,p.219). A inovação da lei 4.024 trouxe para o SENAI a possibilidade de estabelecer a mesma organização prevista no sistema público de ensino, poderia oferecer o curso ginásial e o curso técnico industrial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394 aprovada em 20 de dezembro de 1996 apresenta um novo modelo de ensino médio que passa a organizar a etapa final da educação básica, dentre diversos objetivos da destaca-se que a educação “deve atender a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (SANTOS,2007,p.221).

A Educação profissional passou a ser regulamentado pelo Decreto N° 2.208 de 17 de abril de 1997, define no seu Art. 1º que a educação profissional tem por objetivo:

IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Art. 2º A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizada em escolas do ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho. (BRASIL,1997).



A Educação profissional compreende os seguintes níveis básicos no Decreto Nº 2.208:

Art. 3º. A educação profissional compreende os seguintes níveis: I – básico - destinado à qualificação e profissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II – técnico - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto; III – tecnológico - correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.(BRASIL, 1997).

Art. 4º A educação profissional de nível básico e modalidade de educação não-formal e duração variável, destina-se a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam profissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular. §1º As instituições federais e as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, apoiadas financeiramente pelo Poder Público, que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico em sua programação, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como os trabalhadores com qualquer nível de escolaridade. §2º Aos que concluírem os cursos de educação profissional de nível básico será conferido certificado de qualificação profissional. (BRASIL, 1997).

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da educação 9.394/96 e do Decreto 2.208/97, o ensino técnico passa a ter caráter apenas de complementar o ensino médio (SANTOS, 2007, p.222).

Em 2004 surge uma nova regulamentação para o ensino profissionalizante por meio do Decreto nº 5.154/04, na qual voltaram a oferecer a educação profissional e o ensino médio de forma integrada, utilizando a mesma infraestrutura, no mesmo turno/escola com os mesmos professores. (NOVAES, 2010,p.37)

Como destaquei no capítulo anterior o curso técnico passa a ter três formas:integrada, concomitante e subsequente. Na forma integrada, o aluno, com uma única matrícula, frequenta curso cujo currículo foi planejado reunindo os conhecimentos do ensino médio às competências da educação profissional. Na forma concomitante, ocorre uma complementaridade entre o curso técnico e o ensino médio. Nesta modalidade o aluno tem duas matrículas. Na forma subsequente, o aluno, ao se matricular no curso técnico, já concluiu o ensino médio (BRASIL, 2013, p.237).

As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio, definido pela resolução CNE/CEB nº 4/99, com base no parecer CNE/CEB nº 16/99, com muitos debates acerca da lei nº 2.208 e o decreto nº 5.154/2004, foi enviado ao congresso um novo Projeto Lei, o qual resultou na Lei nº 11.741/2008, que promoveu várias alterações na atual LDB, principalmente na questão da Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL,2013,p.206).

A Lei De Diretrizes e Bases Da Educação, incluída pela Lei nº 11.741 de 2008, Seção IV, no Artigo 36-A, expressa que “o ensino médio, atendi à formação geral do educando, podendo prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”. (BRASIL, 2008). No Artigo 39 da atual LDB, define que a Educação Profissional e tecnológica, pode se integrar aos diferentes níveis de modalidades da educação, respeitando o cumprimento dos objetivos da educação nacional. (BRASIL,2008).

O Art. 36-B seu paragrafo único define que essa modalidade deverá ainda observar, I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (BRASIL, 1996). A LBD, no seu Artigo 36-D ainda destaca que os diplomas da Educação Profissional e Técnica serão validos em todo território nacional e darão habilitação ao ensino superior.

Ainda o Artigo 36-D Parágrafo único, salienta que nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Vale ressaltar que o nível técnico precisa ter uma organização curricular própria e independente do ensino médio e seguir as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional da Educação. Sendo as disciplinas agrupadas de forma correta, para assim ocorrer à interdisciplinaridade no espaço escolar. As disciplinas podem ser agrupadas por módulos, dando direito a certificado de qualificação profissional. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSHI, 2007, p. 263).

O nível básico é a modalidade de educação formal, de duração variável, uma vez que não está sujeito a regulamentação curricular. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSHI, 2007, p. 263).

Importante destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação reservou um espaço importante para a Educação Profissional e Técnica, no intuito de organizá-la, e estar integrada de forma inovadora à Educação Básica, lembrando que essa modalidade não substitui a educação básica e sim a complementa de forma que o aluno possa estar preparado de forma geral para o mercado de trabalho, e sua importância para o desenvolvimento econômico. Na próxima seção faremos uma breve análise dos cursos ofertados no NRE-Núcleo Regional de Educação do Paraná.

### **4.3 Cursos Técnicos ofertados na cidade de Apucarana**

Salientamos nos capítulos anteriores sobre como essa modalidade é dividida por eixos tecnológicos, essa separação se torna importante para que haja uma organização do espaço escolar e do seu currículo para a oferta dos cursos, tanto na modalidade concomitante, na integrada e na subsequente. Em nossa região são ofertados os seguintes cursos expressos no quadro a seguir:

## Quadro 3 - Cursos ofertados



**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E TRABALHO**

<b>RELAÇÃO DE TURMAS AUTORIZADAS - ABERTURA DE TURMA - 2019-1 (CURSOS SUBSEQUENTES)</b>					
<b>NRE</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO</b>	<b>CURSO</b>	<b>CÓDIGO_CURSO</b>	<b>TURNO</b>
APUCARANA	APUCARANA	ALBERTO SANTOS DUMONT, C E-EF M PROFIS	TEC. EM QUIMICA-SUB ET PI	1254	5
APUCARANA	APUCARANA	CENTRO EST EDUC PROF AGR MANOEL RIBAS	TEC. EM AGROPECUARIA-SUBS ET RN	603	6
APUCARANA	APUCARANA	CENTRO EST EDUC PROF AGR MANOEL RIBAS	TEC. EM MEIO AMBI-SUBS ET AS	1229	5
APUCARANA	APUCARANA	HEITOR C A FURTADO, C E-EF M PROFIS	TEC. EM SEG DO TRABALHO-ET S	539	5
APUCARANA	APUCARANA	JOSE DE ANCHIETA, C E PE-EF M PROFIS	TEC. EM EDIFICACOES-SUBS ET INF	921	5
APUCARANA	APUCARANA	OSMAR GUARACY FREIRE, C E-EF M P	TEC. EM EVENTOS-SUBS ET THL	1237	5
APUCARANA	APUCARANA	IZIDORO L CERAVOLO, C E-EF M PROFIS- EF MP	TEC. EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS	1230	5
APUCARANA	APUCARANA	IZIDORO L CERAVOLO, C E-EF M PROFIS- EF MP	TEC. EM RECURSOS HUMANOS-SUBS ET GN	953	5
APUCARANA	APUCARANA	IZIDORO L CERAVOLO, C E-EF M PROFIS- EF MP	TEC. EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS- SUBS ET GN	978	5

<b>RELAÇÃO DE TURMAS AUTORIZADAS - ABERTURA DE TURMA - 2019 (CURSOS INTEGRADOS)</b>					
<b>NRE</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO</b>	<b>CURSO</b>	<b>CÓDIGO_CURSO</b>	<b>TURNO</b>
APUCARANA	APUCARANA	IZIDORO L CERAVOLO, C E-EF M PROFIS- EF MP	TEC. EM ADMINISTRAÇÃO-INT GN	943	1
APUCARANA	APUCARANA	CENTRO EST EDUC PROF AGR MANOEL RIBAS	TEC. EM AGROPECUARIA-INT ET RN	602	6

Fonte: NRE Apucarana, 2018.

A divisão dos cursos apresentados no quadro anterior, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016), é repartida por vários eixos tecnológicos. O curso Técnico em Química encontra-se no Eixo de Produção Industrial que inclui tecnologias relacionadas a sistemas de produção, técnicas e processos físico-químicos relacionados à transformação de matéria-prima e substâncias, integrantes de linhas de produção. Assim envolve planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento de tecnologias industriais; programação e controle da produção; operação do processo; gestão da qualidade; controle de insumos; e aplicação de métodos e rotinas (BRASIL, 2016).

O curso Técnico em Agropecuária encontra-se no Eixo de Recursos Naturais que compreende tecnologias relacionadas à extração e produção animal, vegetal, mineral, agrícola e pesqueira (BRASIL, 2016). Seu currículo inclui avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos. Esse curso técnico é mais antigo ofertado pelo NRE tendo em vista que a produção agrícola em torno da cidade é grande e que a maioria desses alunos acompanha a produção agrícola de suas famílias (BRASIL, 2016).

O Curso Técnico em Meio Ambiente localiza-se no Eixo Ambiente e Saúde, que envolve tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, o desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde (BRASIL, 2016). Seu currículo envolve ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais.

O curso Técnico em Segurança do Trabalho está no Eixo de segurança que inclui tecnologias relacionadas à infraestrutura e aos processos de prevenção e proteção de indivíduos e patrimônio. Seu currículo abrange segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho. (BRASIL, 2016).

O Técnico em Edificações encontra-se no Eixo de Infraestrutura que compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. O currículo inclui planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para obras civis, topografia, geotécnica, hidráulica, recursos hídricos, saneamento, transporte de pessoas e bens e controle de trânsito e tráfego (BRASIL, 2016).

O Técnico em eventos encaixa-se no Eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer, abrangendo conhecimentos em tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, gastronomia, serviços de alimentação e bebidas, entretenimento e interação. A base curricular envolve planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer, integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais (BRASIL, 2016).

O Curso de Técnico em Enfermagem está no Eixo de Ambiente e Saúde atende a tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida. Incluem ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental (BRASIL, 2016).

O curso técnico de Recursos Humanos, técnico em Transações Imobiliárias e o curso técnico em administração sendo o foco do trabalho encontram-se no Eixo de Gestão e Negócios que envolvem tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão. O currículo abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação; busca da qualidade, produtividade e competitividade; utilização de tecnologias organizacionais; comercialização de produtos; e estratégias de marketing, logística e finanças (BRASIL, 2016).

Os cursos são disseminados na sociedade tendo em vista que alguns ficam na área central e outros nos bairros, assim todos da comunidade têm a possibilidade de se qualificar para área que mais lhe agrada e que lhe traga uma satisfação profissional, sabendo que a formação será integrada, e de qualidade o de abordando vários recursos para uma aprendizagem efetiva. Embora sejam oferecidos diversos cursos com diferentes eixos tecnológicos, percebe-se que a cidade não tem um eixo específico, sendo assim o aluno fica dividido em escolher um curso, pois essa oferta é ampla.

## 5 METODOLOGIA

Abordarei neste momento sobre a metodologia utilizada na nossa pesquisa, segundo Gil (1991), “a metodologia é a parte mais complexa na redação de um projeto de pesquisa, diversos itens podem ser considerados, conforme a extensão e a complexidade da pesquisa”. (GIL, 1991, p.147). Os procedimentos metodológicos adotados para essa pesquisa de natureza qualitativa possuem uma abordagem bibliográfica, quando busca nos fundamentos teóricos delinear o campo investigado; assim, caracteriza-se como pesquisa de campo de caráter descritivo e analítico, pois analisar e interpretar os resultados, a partir de categorias elencadas pela própria pesquisadora em vista das dimensões abordadas.

O procedimento de coleta de dados em pesquisa qualitativa demanda escolha de técnicas peculiares para que as informações possam proporcionar respostas ao problema investigado com interpretações e intervenções coerentes.

Para realizar nossa pesquisa usamos um quadro semiestruturado com influência do artigo Avaliação de Objetos de Aprendizagem, que foi dividido em dimensões junto às perguntas abertas todos elaborados pela pesquisadora.

No decorrer da nossa pesquisa tivemos algumas dificuldades como autorizações para conversar com os alunos do curso técnico integrado, fomos barrados várias vezes, o que deixou nossa pesquisa um pouco atrasada. Ao conseguir nossa autorização e darmos início a nossa pesquisa de campo percebemos que os alunos tinham dificuldades em saber o que é a interdisciplinaridade de fato, pois no momento em que realizávamos a pesquisa várias perguntas surgiram sobre como era essa interdisciplinaridade surge dentro da sala de aula e por ser um tema pouco usado no dia a dia dos alunos, por ser um curso integrado e os alunos passarem grande parte do seu tempo dentro do espaço escolar observamos que quando responderam as perguntas abertas não conseguiam argumentar deixando algumas respostas curtas ou em branco.

### **5.1 Local de Pesquisa**

A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino pública que oferece o curso de Educação Profissional e Técnica na modalidade integrada, localizada numa cidade do Norte do Paraná.

### **5.2 Sujeitos da Pesquisa**

Realizamos nossa pesquisa com os alunos do quarto ano do curso Técnico em Administração integrado, foram entrevistados 18 alunos, com idade entre dezessete e dezoito anos.

### **5.3 Instrumento**

Efetuamos a pesquisa por meio de questionário com pergunta objetivas e subjetivas. “Questionário - constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.221). O mesmo foi composto de dez questões de múltipla escolha e quatro questões abertas, sendo que essas dez foram divididas em dimensões para maior compreensão do questionário, sendo a primeira dimensão a Concepção Didático-Pedagógica, a segunda sobre a Dimensão Técnica e a terceira dimensão a Mediação Pedagógica.

### **5.4 Procedimento**

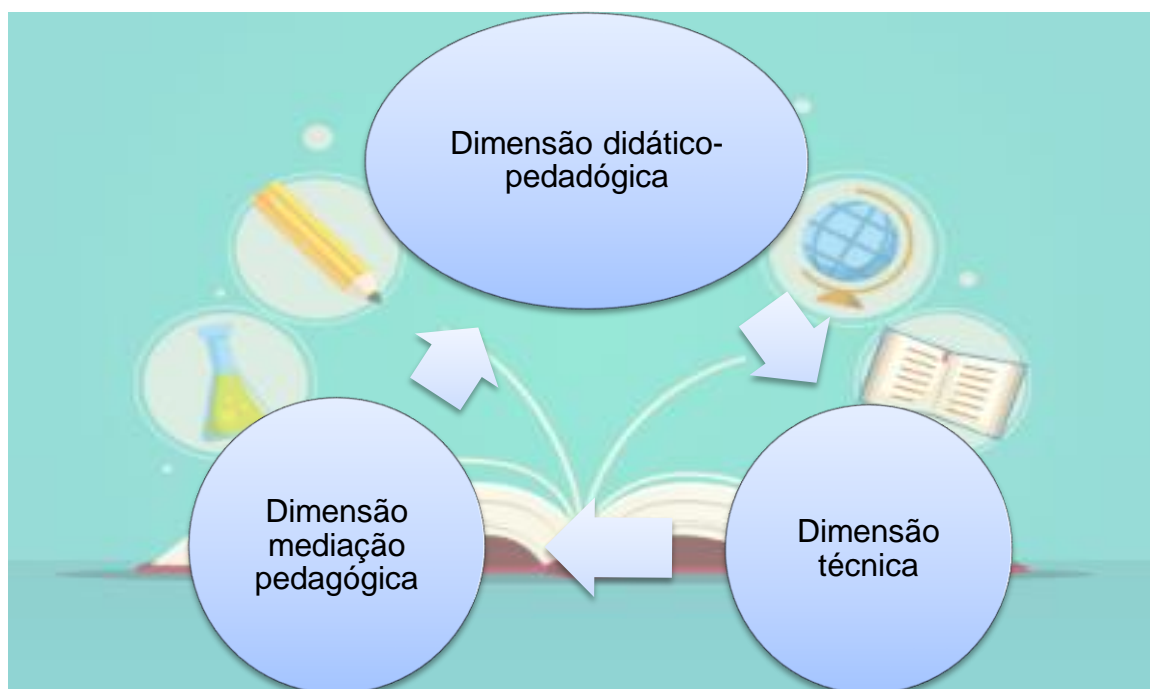
O questionário foi realizado com alunos do curso técnico em administração, pela própria pesquisadora individualmente. Sendo que para ser aplicado tivemos uma autorização dada pela instituição para aplicar tal procedimento tendo a participação voluntária dos alunos.



## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção irei apresentar as dimensões que foram utilizadas no questionário com dez perguntas de múltipla escolha, demonstrarei por meio de gráficos a resposta dos alunos e suas porcentagens.

**Figura 4: Dimensões**

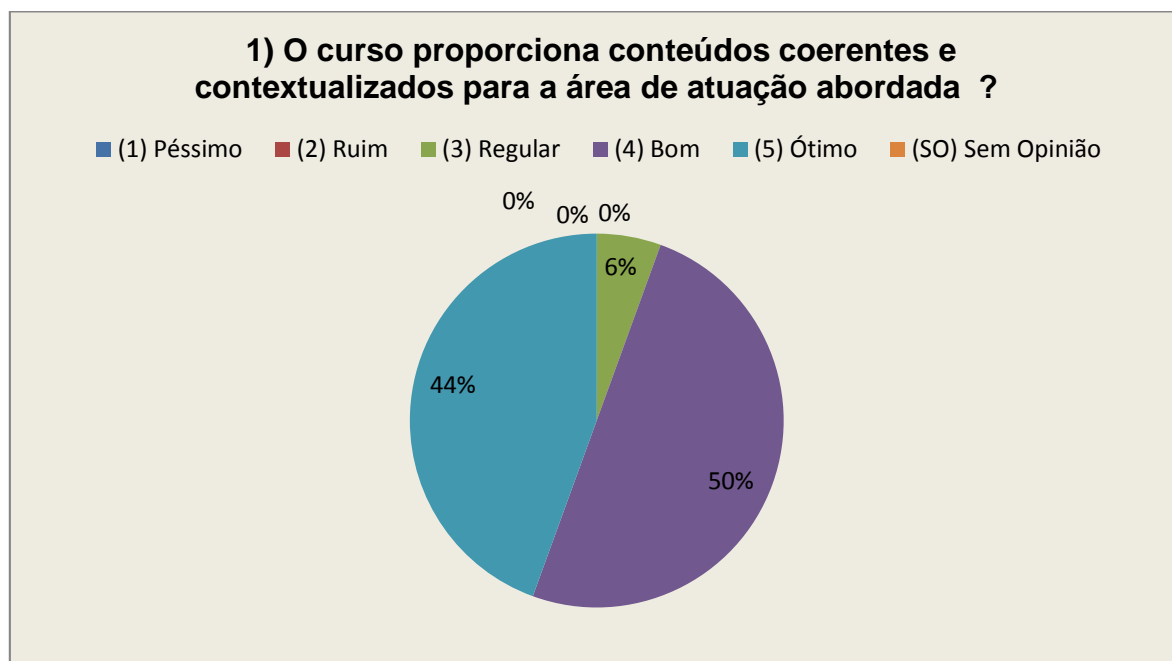


Fonte: Google Imagens, 2019.

Fonte: Pestana, 2019.

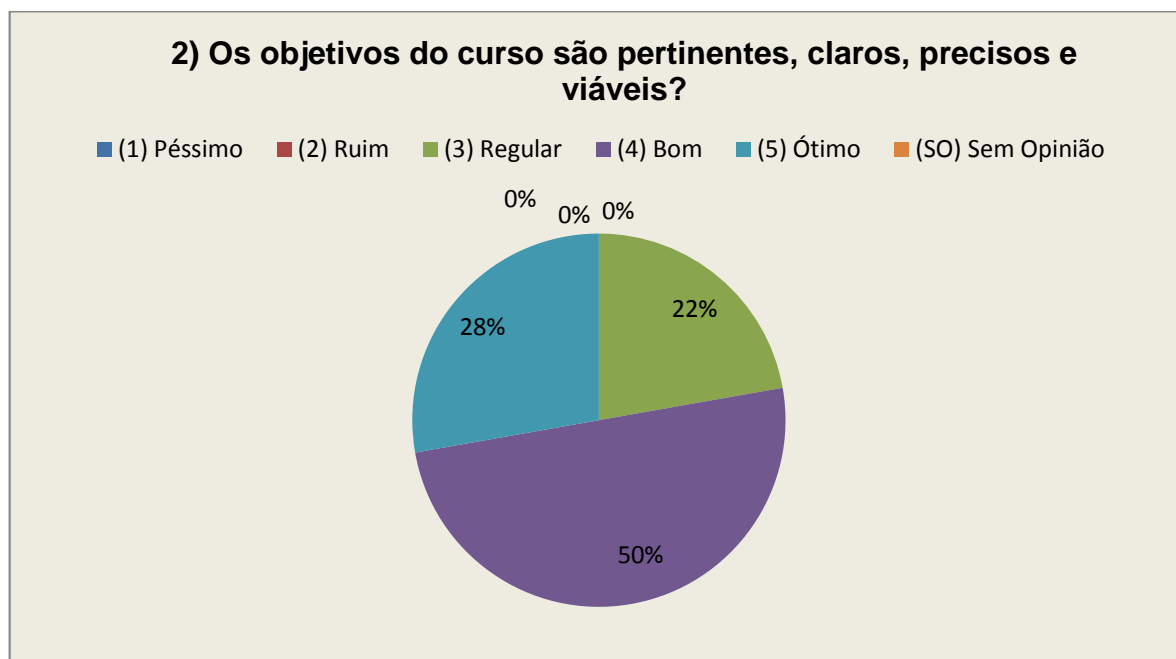
Concepção Didático-Pedagógica, esta dimensão contempla os procedimentos metodológicos utilizados pelos professores para elaborar e ministrar às aulas para seus alunos, e como o professor possibilita o processo de ensino aprendizagem no contexto de interdisciplinaridade, usando formas diferentes de apresentar os conteúdos permitindo que as aulas sejam claras e específicas para a área abordada.

Gráfico1: Conteúdos abordados



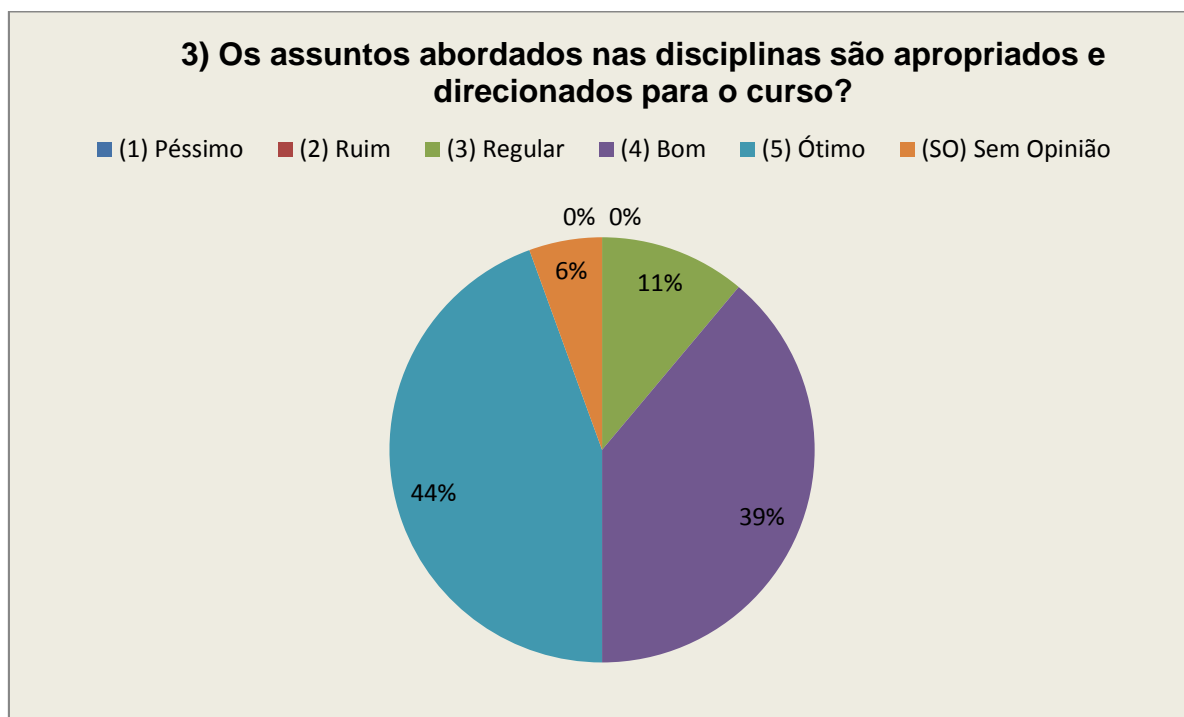
Fonte: Pestana, 2019.

Percebe-se no gráfico1 que ao abordar o conceito de conteúdos explicados pelos professores 50% dos alunos responderam que o currículo aborda de forma apropriado a área de aprendizagem, sendo 44 % ótimo e apenas 6% regular, os conteúdos da educação profissional deve ter uma integração do conhecimento teórico com a prática. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da educação básica (2013), a organização curricular do curso deve estar ligada aos fundamentos científicos e tecnológicos, possibilitando o educando a enfrentar os desafios do desenvolvimento de aprendizagem. A DCN (2013) destaca no seu Art.22, parágrafo V que a organização deve ser flexível, por disciplinas ou componentes curriculares, projetos, núcleos temáticos ou outros critérios, de forma que fique compatível com os princípios de interdisciplinaridade e da integração entre teoria e prática.

**Gráfico 2: Objetivos propostos**

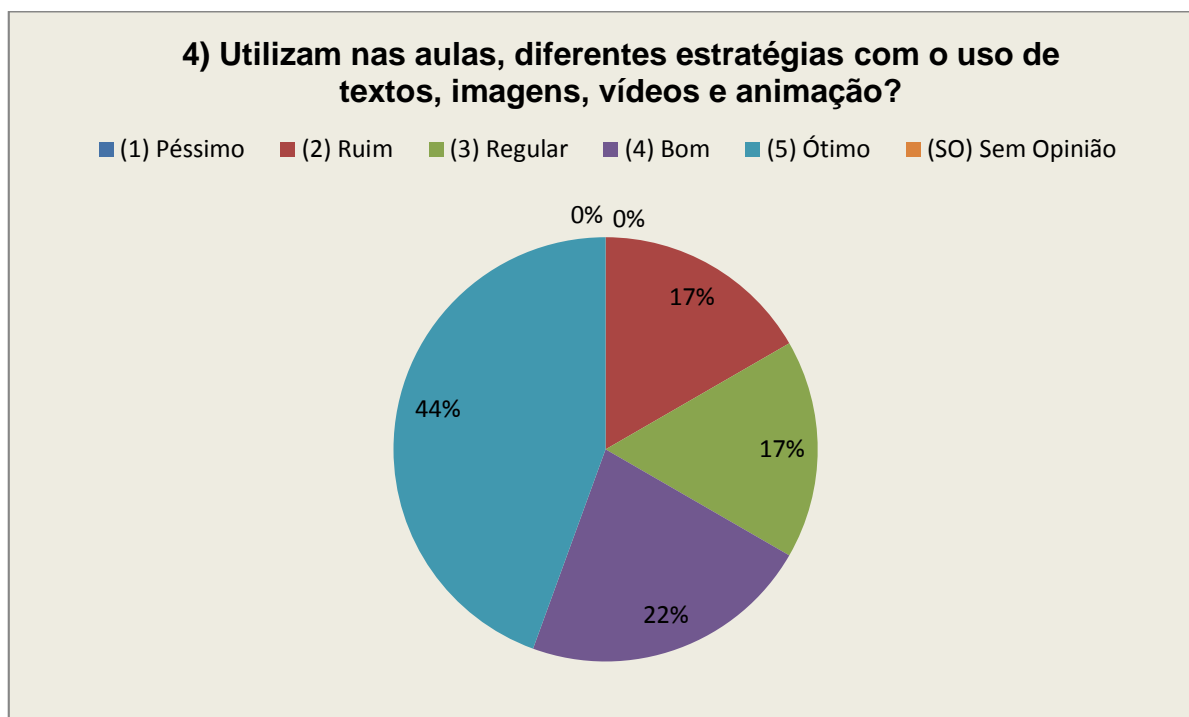
Fonte: Pestana, 2019.

No gráfico 2 abordamos sobre os objetivos do curso de formação técnica, verificamos que 50% dos alunos responderam que os objetivos do curso estão apropriados aos conteúdos ministrados pelos professores, sendo 28% ótimo e 22% regular, percebe-se que entre o ótimo e o regular houve quase a mesma porcentagem. O DCN (2013) destaca que o curso deve cumprir os interesses do educando correspondendo a qualificação e a especialização técnica de nível médio.

**Gráfico 3: Assuntos abordados.**

Fonte: Pestana, 2019.

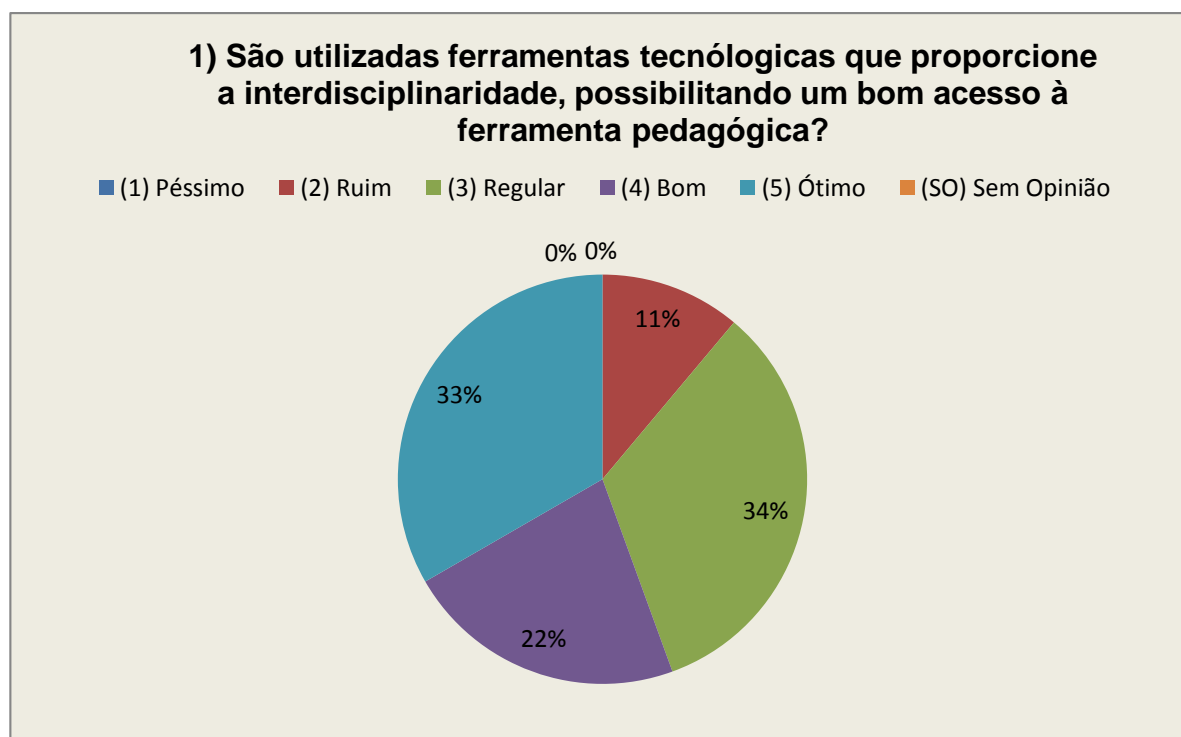
Segundo CNCT (2016), o curso deve contemplar em seu currículo às disciplinas que abordem técnicas associadas ao curso ofertado, nessas respostas 44% dos entrevistados relatam que os conteúdos abordados pelo curso são ótimos, 39% bom, 11% regular e 6% não colocaram opinião. O DCN (2013) o currículo deve abordar recursos para exercer sua profissão com competência.

**Gráfico 4: Diferentes metodologias**

Fonte: Pestana, 2019.

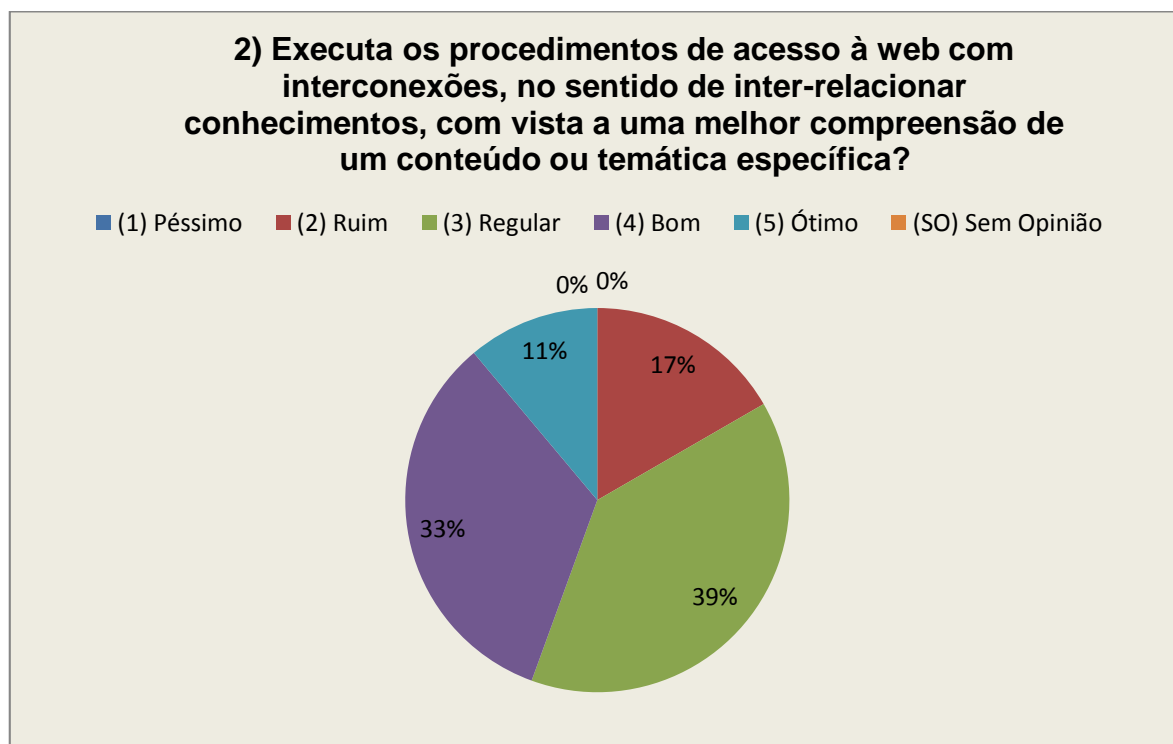
Ao abordar sobre as metodologias sabemos que para uma aula dinâmica de fácil compreensão, devemos usar vários métodos de aprendizagem, buscando tirar os alunos do método tradicional onde só o professor fala , procurando diferenciar as estratégias de ensino para os educando, no gráfico observamos que na utilização de metodologias diferenciadas 44% dos alunos responderam que os professores utilizam textos, imagens e animação para ministrar suas aulas, 22% responderam que utilizam diferentes estratégias, 17% ruim e os outros 17% regular.

Neste momento irei refletir sobre os dados da dimensão técnica, que busca focar na aprendizagem interdisciplinar com tecnologias inovadoras para uma aprendizagem sensorial, visual e concreta com ilustrações, buscando a mudança na concepção pedagógica trazendo o educando próximo ao conteúdo, o auxiliando para a aprendizagem diferenciada.

**Gráfico 5: Ferramentas tecnológicas**

Fonte: Pestana, 2019.

No gráfico 5 da dimensão técnica 33% dos alunos responderam que são utilizadas ferramentas tecnológicas nas aulas tendo assim a interdisciplinaridade dos conteúdos, 34% responderam que esse uso é regular, 22% que o uso de tecnologias é adequada, e 11% responderam que não é muito utilizado os recursos tecnológicos para promover a interdisciplinaridade. Mesmo que não utilizando os recursos os professores devem promover a interdisciplinaridade buscando integrar os conteúdos propostos.

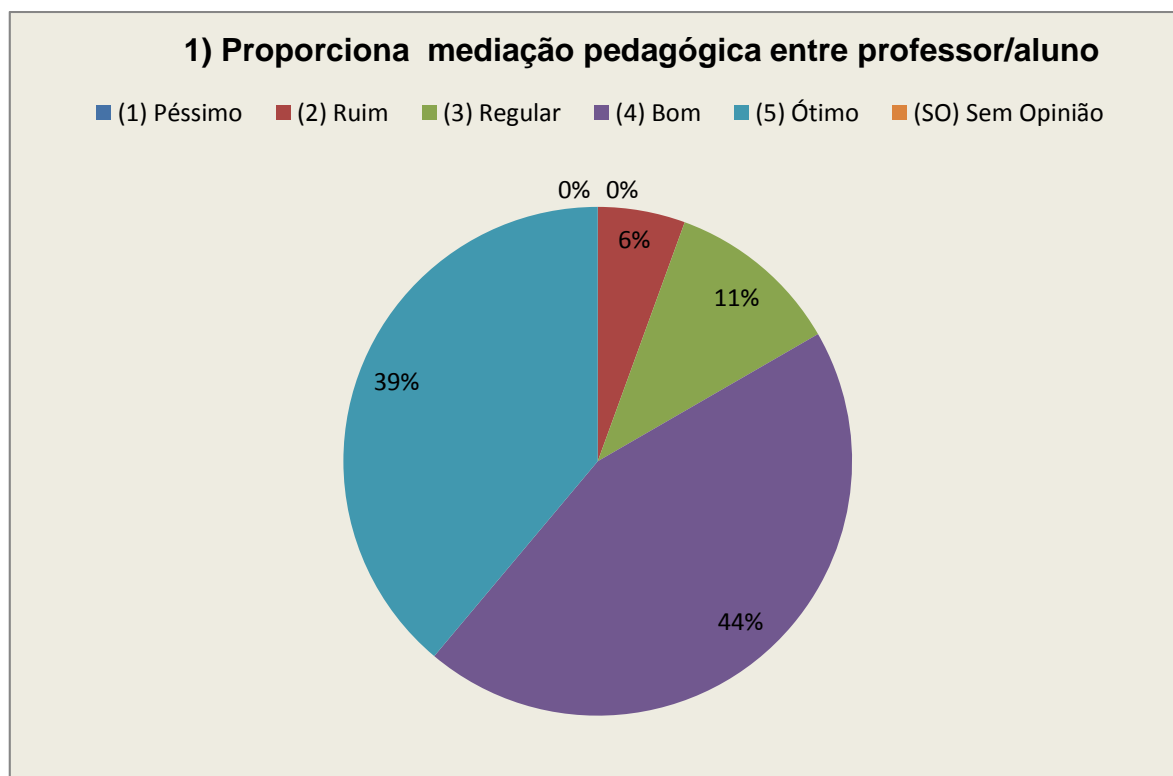
**Gráfico 6: Acesso a web**

Fonte: Pestana,2019.

No gráfico 6 da dimensão técnica foi enfatizado sobre como a web pode ser inter-relacionada com os conhecimentos adquiridos pelo educando 39% responderam que esse o acesso e a compreensão são regulares, 33% respondeu que é boa essa inter-relação, 11% colocou que é ruim essa compreensão e 17 % não deram opinião sobre o assunto abordado, a web sendo relacionada no cotidiano dos alunos ajuda a tirar dúvidas sobre a temática do curso, buscando novos conhecimentos de uma ferramenta que eles utilizam a todo o momento.

Abordarei agora sobre a terceira dimensão mediação pedagógica, esta dimensão busca focar na aprendizagem do aluno no contexto de mediação entre professor aluno, trazendo novas estratégias para o curso, buscando a interdisciplinaridade dos conteúdos para uma formação integral dos educandos.

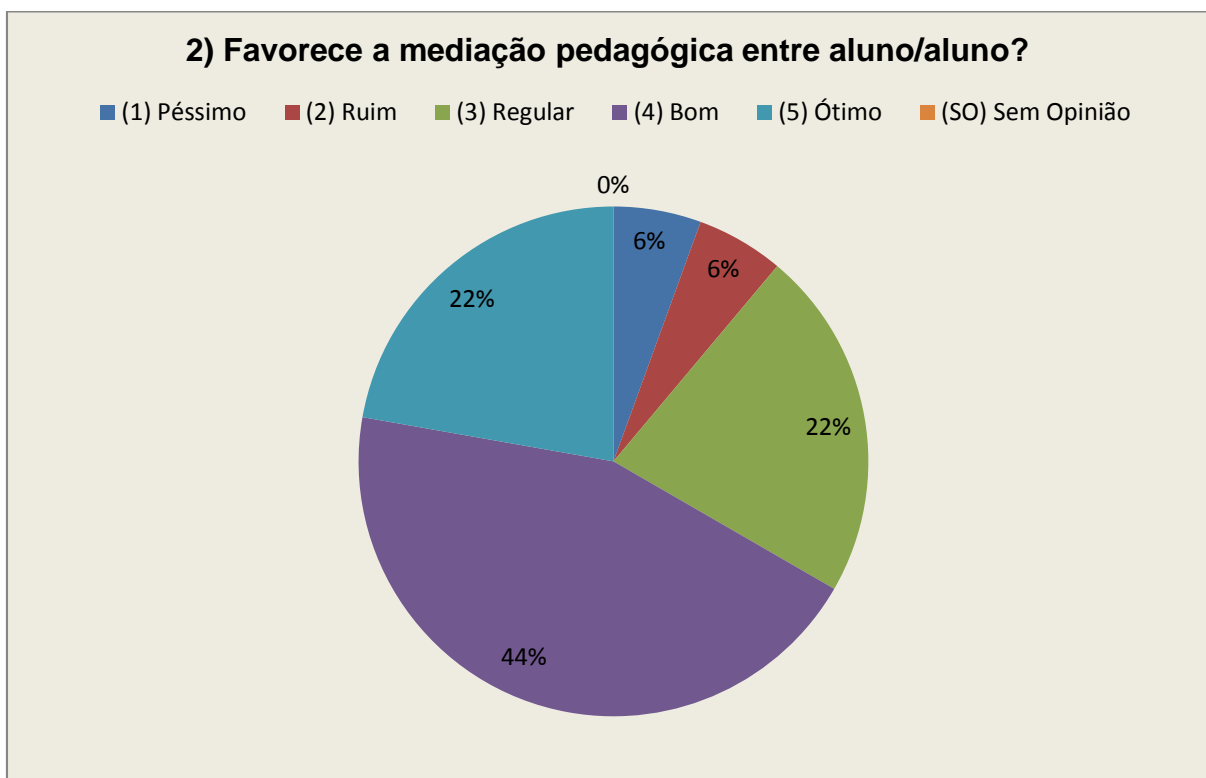
**Gráfico 7: Mediação professor**



Fonte: Pestana, 2019.

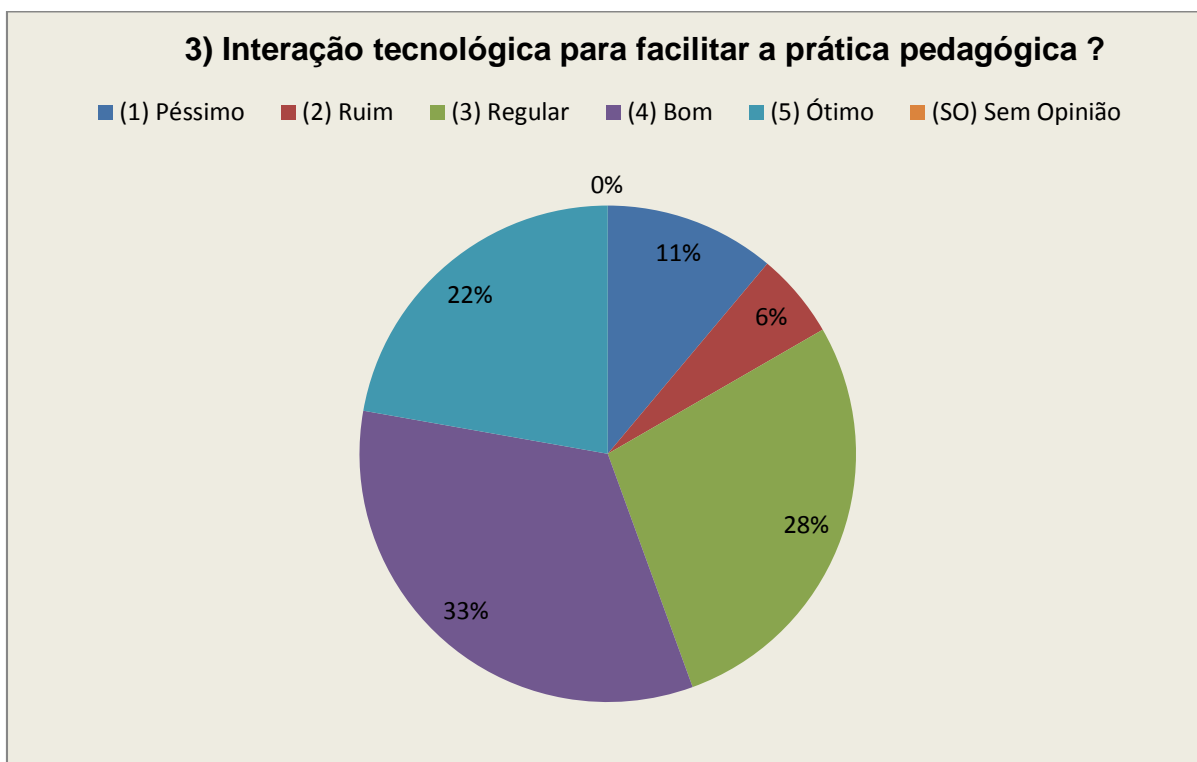
No gráfico 7 da mediação pedagógica abordou-se sobre como é a relação e mediação sobre dúvidas dos alunos com os professor, 39% dos alunos concluíram que essa mediação é ótima por parte dos professores, 44% respondeu que essa mediação é boa, 11% discorda colocando sua opinião como regular e 6% respondeu que mediação entre professor e aluno é ruim, deixando adesejar sobre como o professor pode se realcionar com seus alunos na hora de tiar dúvidas. O professor deve ser o mediador do conhecimento buscando diversas alterntivas para a aprendizagem concreta.



**Gráfico 8: Mediação aluno**

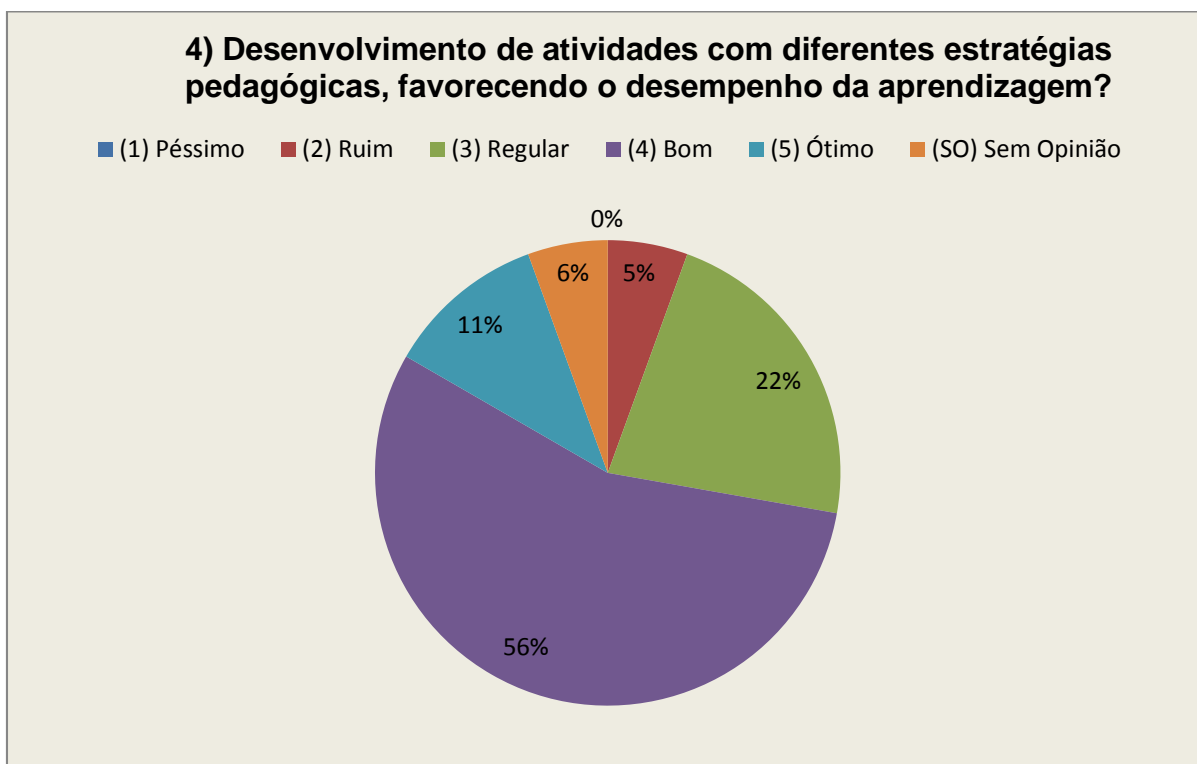
Fonte: Pestana,2019.

O gráfico 8 buscou refletir sobre como é a mediação de aluno/aluno, buscou entender sobre como é o relacionamento pedagógico entre eles, na execução de tarefas em grupos, 44% respondeu que a relação entre os alunos é boa, 22% colocaram que é ótima a mediação, 22% respondeu que essa mediação acontece de forma regular, 6% colocou que é ruim essa mediação, o outros 6% colocaram que essa mediação é péssima.

**Gráfico 9: Interação tecnológica**

Fonte: Pestana, 2019.

O gráfico três da dimensão pedagógica buscou analisar como a interação tecnológica facilita a aprendizagem dos educandos 33% relatou que essa interação é boa e que ajuda a fixar os conteúdos, 28% colocaram que é regular essa interação, 22% ótimo, 11% péssimo e apenas 6 % responderam que é ruim essa interação, vemos que a tecnologia é uma poderosa ferramenta para a aprendizagem dos alunos devemos sempre buscar instrumentos inovadores pra aprimorar os conhecimentos.

**Gráfico 10: Desenvolvimento de atividades**

Fonte: Pestana, 2019.

No gráfico 10 da dimensão pedagógica buscou pesquisar entre os alunos, se os professores usam diferentes estratégias para expor a aula, a articulação entre teoria e prática necessita que o aluno tenha uma inserção completa da realidade, fazendo que a formação seja centrada na prática, numa contínua articulação do mundo do ensino com o mundo do trabalho (FERNANDES; et al, p.444). Nas respostas podemos observar que 56% das repostas expõem que as estratégias usadas são boas para o desempenho, 22% refere que as estratégias usadas são regulares, 11% ótimos, 5% ruim, e 6% não deram opiniões. Importante destacar que os professores devem contribuir para a aprendizagem com diferentes estratégias usando, sala invertida roda de conversa, seminários isso aprimora os conhecimentos deixando as aulas com diferentes temáticas.

Irei abordar agora as perguntas abertas respondidas pelos alunos e quais as contribuições que o curso Técnico em Administração oferece para esse aluno.

a)O curso ofereceu o ensino na perspectiva interdisciplinaridade? Justifique.

**Quadro 4 - Ensino interdisciplinar**

Aluno	Resposta
Aluno 1	Sim, aumentou minhas perspectivas.
Aluno 2	Não, tanto quanto deveria infelizmente algumas matérias são apresentados 80 % do conteúdo total.
Aluno 3	Sim, por conta da variedade.
Aluno 4	Sim.
Aluno 5	Sim, porque aprendemos coisas novas para levar para nossa vida profissional.
Aluno 6	Sim, curso adequado.
Aluno 7	Sim, pois cada disciplina vem complementando a outra.
Aluno 8	Sim, minha perspectiva aumentou depois do curso.
Aluno 9	Sim, o curso favorece, pois tem uma grade muito fácil e completa.
Aluno 10	Sim, pois com as matérias de administração acabamos usando mais a matemática e o português.
Aluno 11	Sim, ajudou muito.
Aluno 12	Sim, varias matérias levam a outras.
Aluno 13	Sim, a ligação entre elas reforça o estudo e nos faz entender a necessidade do aprendizado.
Aluno 14	Sim, varias matérias do cursam auxiliam as matérias regulares.
Aluno 15	Sim, pois uma matéria depende da outra.
Aluno 16	Favoreceu para abrir a minha mente para eu escolher um caminho pós-ensino médio.
Aluno 17	Não, porém na matéria de sociologia ocorre sim.
Aluno 18	Sim, a relação entre as matérias normalmente são bem especificas.

Fonte:Pestana, 2019.

Podemos observar que alguns desses alunos não têm o conhecimento sobre a interdisciplinaridade e nem o contato, tendo nas respostas sobre as perspectivas de vida do aluno e não na perspectiva interdisciplinar esses que busca na sua organização contemplar várias matérias buscando a aprendizagem integral dos alunos, que deve interagir dentro do currículo básico e o currículo técnico.

b) As propostas interdisciplinares oferecidas no decorrer do curso facilitaram o processo de ensino aprendizagem, bem como na prática administrativa?

**Quadro 5 - Processo ensino aprendizagem**

Aluno	Resposta
Aluno 1	“Sim. Pois alguns trabalhos simulam o cotidiano dentro das empresas.”
Aluno 2	“Sim. Aqui aprendemos o básico sobre administração e que é de grande ajuda para o conhecimento.”
Aluno 3	“Sim. Pois na prática fica mais fácil.”
Aluno 4	“Sim.”
Aluno 5	“Sim. Pois aprendemos coisas bem legais.”
Aluno 6	“Sim. Pode possibilitar mais abrangência.”
Aluno 7	“Sim.”
Aluno 8	“Sim. Os professores fazem bastante aula técnicas e práticas facilitando nosso ensino.”
Aluno 9	“Sim.”
Aluno 10	“Não. Algumas matérias acabam sendo mais difíceis.”
Aluno 11	“Sim. Ajudou muito em algumas coisas da minha vida profissional.”
Aluno 12	“Sim. Quase todas as matérias levam ao administrativo.”
Aluno 13	“Sim. A ligação entre elas fica na memória e facilita até mesmo em situações de casa.”
Aluno 14	“Sim.”
Aluno 15	“Não. Os professores das disciplinas comuns da grade curricular não se preocupam em passar para nós coisas relacionadas ao administrativo.”

Aluno 16	“Não. Porque no quarto ano do curso os professores não se preocupam em ter essa junção. Porém, na disciplina de sociologia, algumas matérias se completam com a do curso.”
Aluno 17	“Não. Os professores da grade curricular do ensino médio não tiveram a preocupação de integrar as matérias.”
Aluno 18	“Sim. Com a interdisciplinaridade ajuda a fixarmos o conteúdo usando até mesmo no dia a dia.”

Fonte: Pestana, 2019.

Neste momento observamos que há uma controvérsia nas respostas, pois alguns alunos não compreendem ainda o conteúdo interdisciplinar, não sabe diferenciar o que é ensino e aprendizagem bem como relacioná-lo com a prática administrativa, nota-se que no relato do aluno 15 que os professores das disciplinas comuns não se preocupam em relacionar o cotidiano administrativo com o currículo o que poderá ajuda-los quando adentrarem no mercado de trabalho, segundo o aluno 16 algumas matérias contemplam essa interdisciplinaridade.

c) Os professores utilizaram de meios tecnológicos para promover a interdisciplinaridade?

#### Quadro 6 - Tecnologias que promovam a interdisciplinaridade

Aluno	Resposta
Aluno 1	“Sim. Usamos dinâmicas, apresentação com slide, computador.”
Aluno 2	“Sim. Algumas vezes.”
Aluno 3	“Sim.”
Aluno 4	“Sim.”
Aluno 5	“Sim. Eles utilizam slide, vídeos, dinâmica e várias outras coisas.”
Aluno 6	“Sim. Porém muito pouco, alguns são somente função.”
Aluno 7	“Sim. Nosso cotidiano costuma sempre interagir com esses meios.”
Aluno 8	“Sim. Sempre é usado computadores Datashow nas aulas.”
Aluno 9	“Sim.”

Aluno 10	“Sim. Alguns professores utilizam o Datashow para apresentar trabalhos etc”.
Aluno 11	“Não. São poucos os que usam.”
Aluno 12	“Sim. Alguns comentam sobre.”
Aluno 13	“Sim. Vídeos pesquisas no computador etc.”
Aluno 14	“Sim. Vídeos indo para o laboratório de informática.”
Aluno 15	“Sim.”
Aluno 16	“Não. Alguns professores do curso e das outras matérias utilizam os meios tecnológicos, mas não para promover a interdisciplinaridade.”
Aluno 17	“Não. Utilizamos meios tecnológicos, mas não como meio interdisciplinar.”
Aluno 18	“Sim. O uso de computador, slide, fotos entre outros.”

Fonte: Pestana,2019.

Como abordado no gráfico 9 alguns professores usam de ferramentas tecnológicas, mas no relato dos aluno16 e 17 esse uso não promove a interdisciplinaridade, e os que relataram que sim relatam que o uso é somente para vídeos e fotos.

d) Diante do curso ofertado, há uma oportunidade para o mercado de trabalho?

#### Quadro 7 - Mercado de trabalho

Aluno	Resposta
Aluno 1	Sim, porém são bem disputados.
Aluno 2	Sim.
Aluno 3	Sim.
Aluno 4	Sim.
Aluno 5	Sim, porque saímos daqui quase prontos para o mercado de trabalho.
Aluno 6	Sim, o mercado se abrange mais e você terá um ponto a mais como um estágio remunerado e levar ate uma efetivação.

Aluno 7	Bem poucas.
Aluno 8	Sim, há muitas vagas para quem possui o ensino técnico.
Aluno 9	Sim.
Aluno 10	Há sim oportunidade, mas não para todos.
Aluno 11	Sim existe, mas são pouquíssimas vagas.
Aluno 12	Sim, aprendi muitas coisas que o ensino médio normal não tem.
Aluno 13	Sim.
Aluno 14	Sim, o curso nos dá um ótimo complemento no currículo, mesmo estando em processo, a preferência nas entrevistas e escolha de estágio é notável.
Aluno 15	Sim, as vagas de estágio aumentam quando você faz o curso.
Aluno 16	Sim, meu primeiro emprego foi como aprendiz na Justiça Federal do Paraná, onde consegui por ter o curso técnico no meu currículo (ou pelo menos ajudou na escolha). E agora faço estágio no MPPR, o que não aconteceria se estivesse saído ano passado (3º normal) do colégio.
Aluno 17	Sim, realizo estágio na área.
Aluno 18	Sim, alguns alunos conseguem vagas para estágio em empresas.

Fonte: Pestana, 2019.

Nesse momento buscamos entender como o curso técnico integrado ao ensino médio abre oportunidades de trabalho para esses alunos, segundo o aluno 14 no momento de uma entrevista a escolha por um curriculum completo ajuda na conquista dessa vaga, porém, para os alunos 7 e 11 essas vagas são poucas para a área abordada. Podemos observar também que alguns alunos já trabalham na área em que estão se formando, percebe-se em todos os quadros que os alunos têm algumas dificuldades na parte de argumentação e escrita, mesmo estando no último ano do curso técnico.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como problema de pesquisa principal investigar as intervenções pedagógicas realizadas para promover a interdisciplinaridade entre as disciplinas do Currículo básico com as específicas do curso técnico de administração. No decorrer do trabalho realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a educação profissional no Brasil, surgiu com o intuito de qualificar pessoas para o mercado de trabalho, seu primeiro momento era orientar os pobres e desvalidos da sorte para uma qualificação profissional, essa modalidade sempre foi destinada aos mais pobres sendo os mais favorecidos terem a oportunidade de frequentarem o ensino superior. Essa modalidade de ensino passou por várias mudanças como ditadas nos capítulos anteriores, às leis que norteiam essa modalidade teve alguns aspectos positivos na organização, refere-se à falta de flexibilidade entre seus currículos. Realizamos também uma análise dos cursos ofertados pelo NRE da cidade, os mesmos devem estar dentro dos padrões do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, um documento que norteia as instituições para que os cursos sejam ministrados dentro da lei.

No decorrer da pesquisa analisamos se este desejo de interdisciplinaridade vem sendo realizado dentro desta modalidade de ensino integrada, a mesma que busca uma relação entre as disciplinas do currículo básico e do currículo técnico buscando uma aprendizagem integral desses alunos.

No momento do questionário percebemos que os alunos não obtinham informações concretas de como poderia ser essa interdisciplinaridade, os mesmos que tiveram algumas dificuldades para tais perguntas que foram respondidas acima, os alunos estão acostumados com respostas curtas como “sim e não”, porém foi investigado que o viés interdisciplinar deve acontecer não somente nas disciplinas básicas, mas também no currículo dos cursos técnicos, tendo em vista que os professores também devem ter uma formação adequada de como trabalhar a interdisciplinaridade com seus alunos, percebe-se que alguns professores realizam algumas atividades e “acham” que esta tendo a aprendizagem interdisciplinar, sendo que a mesma deve acontecer dentro de uma relação das matérias e da aprendizagem já adquiridas pelos alunos.

O objetivo geral do trabalho foi Investigar as relações de interdisciplinaridade entre as disciplinas do currículo Básico e as disciplinas técnicas do curso em

Administração, diante das perguntas respondidas nos gráficos alguns professores usam das tecnologias, mas não promovem a interdisciplinaridade, podemos perceber que os cursos técnicos integrados ainda não estão preparados para trabalhar com o viés de interdisciplinaridade, as disciplinas ainda estão fechadas em seus blocos, embora afirmem que algumas matérias usam da interdisciplinaridade, os professores usam de tópicos para promover a mesma. Sabemos que para que aconteça essa interdisciplinaridade as disciplinas devem ser relacionadas, damos um exemplo quando falamos da matemática da grade comum e da matemática da grade do curso técnico, essas duas matérias devem andar juntas uma complementando a outra, assim promovendo uma formação integral na buscando aprimorar os conhecimentos.

Podemos concluir que a Educação profissional técnica ainda não está preparada para trabalhar com a interdisciplinaridade tendo que buscar integrar em sua grade curricular elementos que façam uma ligação espontânea entre as matérias dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

## REFERÊNCIAS

**ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da.** ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO BRASIL: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS E DESAFIOS. **ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA FORMAÇÃO HUMANA, PARA UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA.** Brasília: Ed. IFB, 2017.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.** MEC, 2014. 3º edição. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

BRASIL. LEI 11.141. MEC, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2)>. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação básica.** MEC 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação.** MEC 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação.** MEC, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2)>. Acesso em: 07 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Industrial.** MEC, 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del6141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del6141.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola.** MEC. 1946. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

CIAVATTA, MARIA. **A formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (orgs.). O Ensino Médio Integrado, Concepções e Contradições. 2. Ed. São Paulo: Cortez 2010.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: didática e prática de ensino. **Interdisciplinaridade. Revista do Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade. ISSN 2179-0094.**, n. 6, p. 9-17, 2015.

FERNANDES, Josicélia Dumêta et al. **Diretrizes curriculares para implantação de uma nova proposta pedagógica.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, v 39, n4. 443-449, 2005 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v39n4/10>>. Acesso em: 12/05/2019

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3-ed. São Paulo: Atlas, 1991.

KUENZER, Acacia. (Org.). Ensino Médio: **Construindo uma proposta pra os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNIO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Níveis e Modalidades de Educação e de Ensino.** In: Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007. .

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft.** 14.ed. São Paulo: Ática, 1998.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 1 - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

TUPPY, Maria Isabel Nogueira. **A Educação Profissional.** In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (Orgs). Organização do ensino no Brasil: Níveis e Modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: 2.ed, Xamã, 2007

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/1973).** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SANTOS, Jailson Alvez dos. **A Trajetória da Educação Profissional.** In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FILHO, Luciano Mendes Faria. VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). 500 Anos da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Eurides Brito da (org.). A Educação Básica Pós-LDB. CHIECO, Nancim Walter. MANZANO, José Carlos Mendes. **A Educação profissional.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO

Eu, Jéssica Cristina de Sampaio Pestana, portadora do RG 10.319.435-0, aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade de Apucarana-FAP solicito que participe da minha pesquisa intitulada “Ensino Médio Integrado: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE UM CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO”, como parte do meu trabalho de conclusão de curso (TCC). Assim conto com você aluno (a) para responder as questões abaixo, pois elas são importantes para o esclarecimento da pesquisa. Contando com sua participação, desde já agradeço.

1) QUAL SEU GÊNERO? ( ) F ( ) M IDADE:

(1) PÉSSIMO (2) RUIM(3) REGULAR (4) BOM (5) ÓTIMO (SO) SEM OPINIÃO

<b>Parâmetros de avaliação para o Curso Técnico Em Administração de empresas.</b>	
<b>1) Dimensão concepção didático-pedagógica</b>	
O curso proporciona conteúdos coerentes e contextualizados para a área de atuação abordada.	1234 5 SO
Os objetivos do curso são pertinentes, claros, precisos e viáveis.	1234 5 SO
Os assuntos abordados nas disciplinas são apropriados e direcionados para o curso.	1234 5 SO
Utilizam nas aulas, diferentes estratégias com o uso de textos, imagens, vídeos e animações.	1234 5 SO
Os professores desenvolvem metodologias e estratégias que favorecem a aprendizagem.	1234 5 SO
<b>2) Dimensão técnica.</b>	

São utilizadas ferramentas tecnológicas que proporcione a interdisciplinaridade, possibilitando um bom acesso à ferramenta pedagógica.	1234 5 SO
Executa os procedimentos de acesso à web com interconexões, no sentido de inter-relacionar conhecimentos, com vista a uma melhor compreensão de um conteúdo ou temática específica.	1234 5 SO
<b>3) Dimensão mediação pedagógica</b>	
Favorece a mediação pedagógica entre professor / aluno.	1234 5 SO
Favorece a mediação pedagógica entre aluno / aluno	1234 5 SO
Interação tecnológica para facilitar a prática pedagógica.	1234 5 SO
Desenvolvimento de atividades com diferentes estratégias pedagógicas, favorecendo o desempenho da aprendizagem.	1234 5 SO

Influência do quadro PA, disponível no artigo: Mussoi, Eunice.,Pozzatti, María., Behar, Patrícia. (2010). Avaliação de Objetos de Aprendizagem. En. J. Sánchez (Ed.): **Congressolberoamericano de Informática Educativa, Volumen1, pp 122-126, Santiago de Chile.**

Agora coloque suas contribuições sobre a análise do curso Técnico em Administração.

a) O curso favoreceu o Ensino na perspectiva interdisciplinaridade? Justifique.

---



---



---



---

b) As propostas interdisciplinares oferecidas no decorrer do curso facilitaram o processo de ensino e aprendizagem, bem como na prática administrativa?

( ) Sim ( ) Não. Explique sua resposta.

---

---

---

---

c) Os professores utilizaram de meios tecnológicos para promover a interdisciplinaridade?

(      ) Sim (      ) Não. Explique sua resposta.

---

---

---

---

d) Diante do curso ofertado, há uma oportunidade para o mercado de trabalho?

---

---

---

---



**ANEXO**



## ANEXO A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Apucarana, 26 de abril de 2019.

**Ào:**  
**A/C: Direção**

Eu, Jéssica Cristina de Sampaio Pestana, acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Apucarana (FAP), tendo como requisito, apresentar o Trabalho de Curso (TC) com o seguinte tema: Ensino Médio Integrado: Uma Análise Interdisciplinar de um curso Técnico em Administração.

Assim, venho por meio deste, solicitar a permissão para realizar esta pesquisa que tem por objetivo: Investigar as relações de interdisciplinaridade entre as disciplinas do currículo básico e as disciplinas do curso técnico.

O estudo será realizado através da aplicação de questionário com os alunos, onde poderemos obter as informações que se fizerem necessárias.

A participação será voluntária e/ou poderá retirar seu consentimento a qualquer momento. Pela participação no estudo, a Instituição e o entrevistado não se responsabilizarão por quaisquer ônus, bem como não será ofertado qualquer bônus. Esclareço que os dados da pesquisa são para objetivo único de estudo.

Certo de poder contar com vossa colaboração, antecipo agradecimento.

Atenciosamente,

Jéssica Cristina de Sampaio Pestana  
Acadêmica  
Rua: Raul Milano, 85, Mathias Hoffimam

Eduardo Lemes Monteiro  
Pesquisador Responsável  
Rua: Demétrio Santos Moreira, 146- centro

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**Direção**